

Editorial Cultural FM Torres RS – 29 jan. 24

Clima árido, pela primeira vez no Brasil
<https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2024/01/29/o-assunto-1138-clima-arido-pela-primeira-vez-no-brasil.ghtml>

O Assunto g1 dia 29 janeiro de 24

A Caatinga, bioma que se espalha predominantemente pelo Nordeste brasileiro e que ocupa aproximadamente 10% do território nacional, é bem adaptada a altas temperaturas e à escassez de água - um clima que é classificado pelos cientistas como semiárido. Nas últimas décadas, no entanto, a falta de chuvas por períodos ainda mais prolongados, somada ao impacto do aquecimento global, tem alterado de forma acelerada a paisagem. O impacto foi tanto que uma área de 5 mil quilômetros – equivalente ao Distrito Federal – foi classificada, pela primeira vez na história, como árida. Um alerta de risco para o clima de todo planeta e de urgência para que o poder público atenda aos milhões de brasileiros que vivem na região. Para contar o que está acontecendo por lá, Natuza Nery entrevista Fábio dos Santos Paiva, presidente da Associação de Agricultores do Frade, do município de Curaçá, norte da Bahia, e Humberto Barbosa, professor e pesquisador especialista em desertificação da Universidade Federal de Alagoas. Neste episódio:

Fabio relata as muitas alterações que ele observou no clima e na vegetação ao longo das últimas décadas: "A chuva era mais frequente, e não conseguimos mais colher os cultivos que a gente estava acostumado a plantar". E se emociona ao contar suas lembranças da juventude. "A gente tinha pé de umbuzeiro e, agora, vou lá e o encontro seco e morto. Chega a cortar o coração", diz;

Ele conta o desafio de alguns colegas que moram em fazendas para conseguir água potável ou irrigação adequada para plantar ou criar animais. "Os jovens veem que não é viável viver em um ambiente que não tem como crescer", lamenta. "E quando piora para nós, do semiárido, todo mundo também é afetado", resume;

Humberto explica como nas últimas três décadas a região Nordeste sofreu com fortes secas, degradação da paisagem e desmatamento – e de que modo isso se reflete nas alterações do ecossistema. "É como se fosse um vulcão adormecido. Houve transições e o nosso semiárido se tornou mais árido", esclarece;

O pesquisador afirma que há dois motivos para o processo de desertificação na Caatinga: as mudanças climáticas e a ação humana. "A degradação do solo e rios aumenta a pressão e, no futuro, vai trazer desafios para as populações ribeirinhas e para a produção de alimentos pela agricultura familiar", alerta.

Reproduzir vídeo

Clima árido: 'não é viável sobreviver de criação na Caatinga'

Clima árido: riscos para a população ribeirinha e agricultura familiar

O que você precisa saber:

No Brasil: encontrada região de clima semelhante ao deserto// Clima árido: como a descoberta pode impactar o resto do país// Moradores: dificuldades para criar animais e conseguir água

O podcast O Assunto é produzido por: Mônica Mariotti, Amanda Polato, Carol Lorencetti, Gabriel de Campos, Luiz Felipe Silva e Thiago Kaczuroski. Neste episódio colaborou: Sarah Resende

Editorial Cultural FM Torres RS –

Dica de Saúde: Mamão é o Rei das Fruta

No futuro, o novo método de tratamento para tumores malignos não é mais Quimioterapia, Radioterapia ou Cirurgia, mas Mudar a Dieta para Melhorar os Novos Vasos Sanguíneos!

Grande conhecimento médico! Uma dieta de alta qualidade é a quimioterapia natural três vezes ao dia. As informações a seguir devem ser levadas a sério, são simples e fáceis de implementar, e são muito boas!

O que você talvez não saiba é: o mamão, que costumamos achar estranho e fácil de conseguir, é o Rei das Frutas! O mamão foi eleito pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como a fruta de maior valor nutricional por dois anos consecutivos, ou seja, o Rei das Frutas!

O valor nutricional do mamão é:

1. Cálcio: O mamão é

2 vezes maior que o da maçã.

2. Vitamina C: O mamão é

13 vezes o da maçã,

7 vezes o da banana,

7 vezes o da melancia,

8 vezes o da cereja e

1,3 vezes o do abacaxi.

3. Vitamina A: O mamão é

10 vezes o do kiwi,

18 vezes o da maçã,

1,5 vezes o da goiaba,

15 vezes o da banana,

1,5 vezes o da melancia,

15 vezes o da cereja e

16 vezes o do abacaxi.

4. Vitamina K: O mamão é

5 vezes que a banana,

2,5 vezes que a melancia e

4 vezes que o abacaxi.

5. Carotenóides, licopeno, B-caroteno, luteína e zeaxantina, etc.:

O mamão é 2.000 vezes maior que o kiwi! Kiwis, maçãs, cerejas, abacaxis, bananas, goiabas, nenhum desses possui esses ingredientes.

Ótimo ! A fonte de dados acima é do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) 2016.

[Nota] Sofro de câncer há 16 anos. Eu fiz quimioterapia. Alguns médicos me disseram para comer mais mamão. O coração de gratidão é indescritível, só espero que mais pessoas possam se beneficiar disso!

]

Editorial Cultural FM Torres RS – A explosão da dengue

Os números da dengue em 2023 foi preocupante: mais de 1,6 milhão de pessoas contaminadas e 1.094 morreram. E agora, em janeiro deste ano, a situação é ainda pior. De acordo com dados do Ministério da Saúde, a quantidade de casos de dengue mais que dobrou em relação ao mesmo período do ano passado. A novidade no combate à doença é a vacina Qdenga, desenvolvida por um laboratório japonês, aprovada pela Anvisa e que será oferecida a um público-alvo específico no SUS. Chegaram 750 mil doses e estão contratadas mais cinco milhões para os próximos anos. Ou seja, não estaremos livres da dengue nem neste nem nos próximos anos. A solução, portanto, passa pelo reforço dos cuidados com águas paradas em residências o que deveria ser reforçado com campanhas publicitárias e forças tarefas de fiscalização em cidades. Importa, também, recomendar aos suspeitos de terem contraído a doença que façam o teste, que poderá ter resultado em até 15 minutos. Em caso positivo, procurar um médico.

O que você precisa saber:

Em 2024: boom de casos de dengue dobra em relação a 2023
Em 2023: número de casos de dengue passa de 1,6 milhão//Vacina: SUS vai priorizar a imunização de crianças e jovens//Ministério da Saúde: recebe 750 mil doses de vacina para o SUS// Teste de dengue: resultado pode sair entre 15 minutos e 8 dias

Editorial Cultural FM Torres RS – 23 jan. 24

Governo anuncia POLÍTICA INDUSTRIAL cumprindo promessa de campanha para a reindustrialização do país.

O Governo lançou ontem, com grande otimismo, uma nova política industrial para o país, que deverá ser financiada basicamente pelo BNDES. A indústria, que puxou a modernização e o crescimento do país no pós guerra (1944) estagnou e perdeu posição relativa no PIB nas últimas décadas. Nossa produtividade, mercê da estagnação tecnológica, é uma fração da vigente nos países desenvolvidos. Anima o Governo o entendimento que se seguiu à pandemia e a retomada do clima de guerra em várias partes do mundo sobre a importância da segurança nacional sobre setores estratégicos como energia, alimentação e saúde. Além desta Política Industrial outras medidas acompanham a atenção do Governo quanto à indústria. Semana passada foi inaugurado no Ceará um campus do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, foco de germinação da indústria aeronáutica no país e que nos brinda com a exportação do principal produto no comércio internacional: aviões. A EMRAER, cuja reestatização está sendo reclamada por vários setores da sociedade brasileira, principal resultado do ITA é, sozinha, enxuta e com alta tecnologia, a quarta empresa com maior valor exportado no Brasil. O Governo acredita que poderá reverter este quadro com a Nova Política Industrial, embora ainda não sejam muito claros os mecanismos de financiamento desta virada. Temem os mais conservadores que estes investimentos financiados com recursos públicos inexistentes mas passíveis de serem captados através do aumento da dívida pública poderão pressionar a inflação. Empresários, presentes e FIESP aprovam o Programa. Vejamos.

Governo anuncia nova política para indústria brasileira com investimentos de R\$ 300 bilhões

Plano prevê, entre outras coisas, subsídios e financiamento para troca de maquinário com recursos do BNDES e obrigatoriedade do uso de peças produzidas no Brasil

Metas

O programa anunciado pelo presidente Lula e o vice-presidente Geraldo Alckmin é dividido em seis eixos que incluem metas e ações a serem desenvolvidas até 2033. Entenda:

Eixo 1 (Agroindústria)

O governo pretende aumentar a participação do setor agroindustrial no PIB do agro de 23% para 70% e elevar a capacidade de produção da agricultura familiar. Para isso, o plano prevê a recriação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e um reajuste nos valores Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além do investimento para produção nacional de máquinas e fertilizantes.

Eixo 2 (Saúde)

O plano do governo espera ampliar a produção nacional de insumos e equipamentos da saúde no Brasil. Atualmente, 42% do que é consumido no país, incluindo vacinas, equipamentos médicos, remédios e insumos é de produção nacional. A meta é elevar esse percentual para 70% através da revisão de patentes e de investimentos no parque industrial tecnológico brasileiro com o PAC Saúde, com investimento de R\$ 30 bilhões na indústria

até 2026.

Eixo 3 (Infraestrutura)

O desafio do governo é qualificar a mão de obra nacional e investir, sobretudo, no transporte ferroviário e de baixa poluição, como a produção de veículos elétricos e seus componentes. As metas incluem a redução em 20% no tempo de deslocamento nas cidades e aumentar a presença de ônibus elétricos - com produção nacional - nas cidades.

Eixo 4 (Transformação digital)

Elevar para 90% a digitalização das empresas industriais brasileiras e financiar a produção de semicondutores e outros componentes tecnológicos. Além disso, o governo prevê a revisão de patentes e a modernização de pátios industriais, com uso de inteligência artificial.

Eixo 5 (Indústria verde)

Financiamento da pesquisa e inovação em combustíveis e fontes de energia renováveis para reduzir, até 2033, em 30% a emissão de CO₂ na atmosfera por parte da indústria. Uma das metas inclui elevar em 50% a participação dos biocombustíveis na matriz energética dos transportes.

Eixo 6 (Defesa)

A meta do governo é garantir a autonomia de 50% na produção de tecnologias para a defesa, incluindo as áreas de energia nuclear, sistemas de propulsão e veículos controlados remotamente. Além do financiamento e da regulação de alguns setores, o governo prevê investimentos do PAC para compra de equipamentos para a defesa.

Editorial Cultural FM Torres RS – 22 jan. 24

A Falta De Brizola Na Perda dos ideais Nacionalistas

Pedro Augusto Pinho: Os 102 anos de Leonel Brizola. Que falta gigantesca nos faz! – Publicado no VIOMUNDO

O desaparecimento do ideal de construção do Estado Nacional Brasileiro é o maior e mais profundo dano causado ao Brasil pelo processo de redemocratização.

Criou-se o mito do mundo globalizado, governado por um indefinido mercado, que deslocou o debate político das questões nacionais, reais, efetivas, para abstrações inespecíficas, porém com avassaladora cobertura midiática. Nenhum ambiente para discutir o Brasil foi gerado, em compensação, espaços para louvar a privatização, a liberdade contratual e as forças democráticas do mercado brotaram aos borbotões.

Desse modo, na prática, calaram a voz Leonel de Moura Brizola e a luta que travava há 50 anos pelo erguimento da Pátria Brasileira.

Um país onde prevalecia o nacionalismo trabalhista, pensamento político forjado aqui por intelectuais desde José Bonifácio de Andrada e Silva e que encontrara em Getúlio Vargas seu primeiro construtor.

Não fosse a inegável liderança política do engenheiro Leonel de Moura Brizola, nem mesmo os seus dois períodos à frente do Estado do Rio de Janeiro teríamos para conhecer a diferença entre um governo realmente nacional e um governo deslocado da realidade para ser global, neoliberal, ideológico.

Brizola sofreu ataques por todos os lados.

Ataques da direita. Acusam-no de ser comunista, embora Brizola sempre tivesse tido contra si o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e suas defecções. Ataques da esquerda, porque Brizola não colocava a democracia como bem supremo para ele, o bem supremo era o trabalho, a realização de um povo, miscigenado, pacífico, laborioso que precisava conquistar o efetivo poder em seu País, então nas mãos de interesses estrangeiros sempre esvoaçando pelas nossas elites.

Neste dia 22 de janeiro, Brizola completaria 102 anos.

A homenagem que podemos prestar a este grande brasileiro é trazer ao debate sua maior ambição: discutir a Questão Nacional, pois sem um país soberano tudo mais se esvai.

Menino pobre, nascido em Carazinho (RS), trabalhou como engraxate, graxeiro, ascensorista, é o único político eleito pelo povo para governar dois estados diferentes em toda a história do Brasil.

A QUESTÃO NACIONAL: SOBERANIA E CIDADANIA

Por toda América Latina, as independências do jugo colonial se deram no século 19. Do vice-reinado da Nova Espanha ao vice-reinado do Rio da Prata, incluindo o Brasil, ardia o desejo de independência.

Em parte, por ecos dos Estados Unidos da América (EUA), que obtiveram a independência para menos de 10% do território que viriam a conquistar, as Treze Colônias, em 1776. Em com olhos na dominação do continente, em 1823, já elaboraram a Doutrina Monroe, reforçada em 1845 com o projeto expansionista do "Destino Manifesto".

Em parte, pelos ecos da Revolução Francesa (1789), que, nas Américas, levou à única revolta de escravos que chegou a fundar um Estado Nacional, sem escravos, pela liderança de François-Dominique Toussaint L'Ouverture, em 1791, no Haiti.

O Patriarca da nossa Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, já nos alertava: "infeliz o governo cuja administração econômica é seduzida e dominada pelas finanças" (in "Obra Seleta de José Bonifácio de Andrada e Silva", organizada e coordenada por Felipe Maruf Quintas, para Biblioteca Digital da AEPET, 2024).

Esta "sedução" foi o fosso criado entre os EUA, cujo 1º secretário do Tesouro, Alexander Hamilton, pertencia a corrente econômica industrialista, enquanto praticamente todos demais responsáveis pelas finanças das novas repúblicas se preocupavam em "não gastar mais do que arrecadavam", imobilizando a economia das jovens nações, resquício da dominação colonial.

Portanto, o que trazia a Nova República nem era o futuro, mas o passado, pré-revolução de 1930, da República Velha, do Império, mesmo da colônia, onde prevalecia o poder financeiro.

Brizola nos mostrava o futuro, de nação soberana e cidadã, que nas mãos neoliberais virou um adjetivo sem substantivo que qualificasse.

A Questão Nacional começa pelas autonomias que garantam o poder nacional.

Que autonomias são estas ao fim do século 20 e início do século 21?

A energia, pois desde o esforço corporal do homem, é a construtora da sociedade.

De início, o fogo, o vento, o sol.

Com a revolução industrial, vieram as energias fósseis: o carvão mineral e o petróleo, nas formas líquida, o óleo, e gasosa, o gás natural.

Tínhamos chegado pela ação do governo militar de Ernesto Geisel na fissão nuclear. Hoje, países e empresas investem com sucesso na fusão nuclear, que se pode qualificar de energia do futuro.

E nossa democracia, o que nos promete?

Retroceder ao vento, ao sol, eliminar a pesquisa que nos conduza a transição para o futuro e não a volta ao passado, caro e intermitente. E o pior: sob o controle do lucro empresarial, não do benefício social.

E, sem a questão nacional, garantidora do estado soberano, como construir a verdadeira cidadania?

A verdadeira cidadania implica oferecer a todos os brasileiros:

- saúde de qualidade, das medidas preventivas às corretivas e restauradoras;
- educação laica, universal, aprofundada, para produzir o conhecimento transformador das realidades, sem dano ambiental e com engrandecimento nacional;
- habitação digna; não é morar nas ruas como acontece crescentemente nas capitais brasileiras em pleno século 21;
- mobilidade urbana, segura e garantida pelo poder público;
- comunicação, em todos os sentidos, para que ela não se transforme em instrumento de dominação de uma casta ou de um grupo, agravada pelo controle administrativo ou tecnológico estrangeiro.

E que seja capaz também de garantir os direitos civis e sociais, tão duramente conquistados.

Ah! Caros leitores! Que falta nos faz o engenheiro Leonel Brizola!

Concluamos com o Patriarca José Bonifácio: "a soberania é valor permanente e inegociável, sendo o critério de corte entre os patriotas e os traidores".

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado

Editorial Cultural FM Torres RS –

Evangélicos: Acenos de Lula têm dado resultado

XX

Área técnica do TCU apurou junto à Receita que o ato em benefício de religiosos não foi adequadamente fundamentado

Por Fabio Graner • https://www.jota.info/executivo/parecer-do-tcu-aponta-indicios-de-improbidade-em-ato-que-beneficiou-religiosos-18012024?utm_campaign=jota_info_ultimas_noticias_destaquas__18012024&utm_medium=email&utm_source=RD+Station »

XX
xx

O Brasil sempre foi considerado um país eminentemente católico e a Igreja de Roma teve um papel estratégico na formação do país desde que Pedro Alvares Cabral chegou à nossa praia e mandou rezar a primeira missa. Curiosamente, não portava nem deixou, na ocasião, o marco oficial da posse lusitana sobre o novo território. Ficamos à mercê da cruz...Não obstante, um dos primeiros Atos do Mal. Deodoro, na Proclamação República, foi a decretação da separação da Igreja do Estado, fruto da formação positivista, anti=clerical dos militares

republicanos. Na Constituição de 1988, consagramos esta separação e afirmamos que todas as confissões serão igualmente respeitadas, à vista não só de princípios liberais, como também pelo fato de que já naquele ano eram reconhecidas as diversas origens etno-culturais conformadoras da Nação, cada qual com suas raízes religiosas própria. Já era perceptível, também, o avanço das igrejas evangélicas neopentecostais que iriam provocar um grande divisão entre os cristãos brasileiros. Projeta-se para a próxima década um número maior de cristãos evangélicos no Brasil do que católicos fiéis a Igreja de Roma. Esta divisão trouxe, também, um processo de reconhecimento oficial das datas evangélicas, em muitos Estados já convertidas em feriado. Junto a este processo cresceu também a presença dos evangélicos na vida nacional, onde um projeto de Poder, mercê da imensa capacidade de mobilização dos suas confissões, acabaria levando os evangélicos a importantes cargos públicos eletivos. Até um Ministro do Supremo seria escolhido por um Presidente por ser "tremendamente evangélico". Suas reivindicações, via de regra, se chocam com a Agenda liberal de setores da esquerda, colocando-os numa linha de forte resistência a questões como casamento homoafetivo, aborto e outras medidas próprias da afirmação identitária das últimas décadas. O resultado foi um fortalecimento muito grande, nos últimos anos, dos Partidos conservadores com os evangélicos, cujo resultado se expressa numa denominada Bancada da Bíblia no Congresso Nacional com mais de 200 evangélicos, constituindo um dos elementos da polarização ideológica persistente.

Atento a isso, o Presidente Lula tem procurado uma aproximação com a comunidade evangélica, a qual não se confunde com a Bancada da Bíblia. São movimentos paralelos mas não vinculados. Pesquisa recente do IPEC demonstra que isso vem dando resultados positivos a Lula. A aprovação ao seu Governo vem aumentando, enquanto a dos católicos vem diminuindo.

Ipec: avaliação positiva do governo Lula se recupera entre evangélicos e recua entre católicos

Índice dos evangélicos que consideram a gestão do petista ótima ou boa era de 31% em março, passou para 24% em abril e agora é de 29%, segundo dados da pesquisa.

Por g1 - 09/06/2023 18h44 Atualizado há 7 meses- Ipec: avaliação positiva do governo Lula se recupera entre evangélicos e recua entre católicos | Política | G1 (globo.com)

Dados da pesquisa Ipec divulgada nesta sexta-feira (9) mostram que o governo Lula recuperou parte da avaliação positiva entre o eleitorado evangélico. A pesquisa foi contratada pelo jornal O Globo.

O percentual dos evangélicos que consideram o governo bom ou ótimo era de 31% em março, recuou para 24% em abril e agora, em junho, foi para 29%.

Ainda entre os evangélicos, 34% avaliam o governo como ruim ou péssimo. Em abril, eram 35%.

Os que consideram a gestão Lula regular são 33%. Em abril, eram 35%.

Católicos

Entre os católicos, os que consideram o governo Lula ótimo ou bom eram 45% em março, depois 48% em abril e agora, em junho, são 42%.

Os católicos que apontam uma gestão ruim ou péssima eram 20% em abril e 25% agora. O percentual dos que consideram o governo regular passou de 27% para 31%.

-

Agora, porém, surge um fato novo. O Tribunal de Contas da União constatou irregularidades na concessão de isenção do Imposto de Renda aos religiosos, no calor da campanha eleitoral do ano passado, medida que não seguiu os trâmites legais, levando a Receita Federal a suspender a referida isenção.

Diante disso a Bancada Evangélica protestou com veemência contra o que considera uma perseguição aos "cristãos", sem considerar o fato de que dita isenção foi irregular, com perda de R\$ 300 milhões ao Fisco. De resto, foi uma medida extensiva a todos os oficiantes de cultos de todas as confissões. A nota pretende, também, uma exclusividade dos evangélicos sobre a imagem de Cristo, o que não corresponde à verdade. Há muitas confissões que têm em Cristo referência fundamental. Aliás, entre os evangélicos, em algumas igrejas neopentecostais, como Universal, há uma crescente inclinação para o Velho Testamento sobre os Evangelhos e Novo Testamento, este, sim o marco propriamente cristão desta vertente monoteísta, talvez por influência de Igrejas americanas, cada vez mais ligadas a Israel. Não por acaso, alguns pastores da Universal usam o famoso quipá, típico dos judeus. A questão da isenção do IR e a reação da bancada evangélica exigirão, agora, nova ofensiva de Lula na tentativa de conseguir maior aproximação com os evangélicos. O ponto de partida será, talvez, mais o recurso à comunidade, através de suas várias lideranças, do que à Bancada da Bíblia. Vejamos.

Anexo- O ASSUNTO , Podcast g1 de 19 janeiro 24.

O vaivém da relação de Lula com os evangélicos

<https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2024/01/19/o-assunto-1132-o-vaivem-da-relacao-de-lula-com-os-evangelicos.ghtml>

Durante a campanha eleitoral de 2022, o contingente de 30% de brasileiros que seguem religiões cristãs protestantes foi um dos polos de disputa dos então candidatos Lula (PT) e Bolsonaro (PL) - a quem as principais lideranças evangélicas tinham como aliado. O petista sofreu com a forte resistência das principais entidades religiosas neopentecostais e, agora como presidente da República, tenta uma aproximação tanto com parlamentares da Bancada Evangélica, quanto com a massa de 60 milhões de brasileiros filiados a essas igrejas. Para analisar os movimentos de altos e baixos da relação do presidente com os evangélicos, Natuza Nery conversa com a cientista política Ana Carolina Evangelista, diretora executiva do Instituto de Estudos da Religião, e com Ronilso Pacheco, pastor auxiliar da Comunidade Batista e teólogo com mestrado pela Universidade Columbia (EUA). Neste episódio:

- Ana Carolina e Ronilso questionam a eficiência da estratégia de Lula em dialogar apenas com as lideranças religiosas que estão no Congresso. "A estratégia desses líderes é fazer estardalhaço e colocar o governo contra a parede. É uma relação sensível", afirma o pastor;
- A cientista política destaca que o diálogo com as cúpulas está contaminado porque elas "se radicalizaram ainda mais e defendem seus princípios como uma agenda para o país". E Ronilso reforça que a abordagem da população evangélica exclusivamente a partir da pauta religiosa é um erro;
- Ana Carolina avalia os impactos da proximidade que os líderes religiosos tiveram com o poder durante os anos de governo Bolsonaro. "É uma bancada que sabe que pode conseguir mais", resume;
- Ronilso fala sobre como a maioria das igrejas e dos pastores se organizam economicamente - e de que modo a decisão recente da Receita Federal de acabar com a isenção de impostos sobre líderes religiosos foi recebida. "Segue a vida normal como a de qualquer outro brasileiro", diz;
- Os dois comentam como os fiéis ponderam suas escolhas eleitorais, que passa por fatores de organização comunitária e efetividade de políticas públicas.

Reproduzir vídeo

Assista

O que você precisa saber:

- Receita Federal: anula isenção fiscal a líderes religiosos
- Isenção fiscal: suspensão da Receita renderá R\$ 300 mi
- PEC das Igrejas: Lula apoiará projeto de imunidade tributária
- 'Narrativa': Lula defende aproximação do PT com evangélicos
- Ipec: avaliação positiva de Lula se recupera entre evangélicos

O podcast O Assunto é produzido por: Mônica Mariotti, Amanda Polato, Carol Lorencetti, Gabriel de Campos, Luiz Felipe Silva e Thiago Kaczuroski. Neste episódio colaborou: Sarah Resende.

Editorial Cultural FM Torres RS – 18 jan. 24

*

Porto Alegre abalada com tempestade

Capa da Zero Hora de hoje diz tudo: "Tempestade com vento intenso causa transtornos, danos e morte". Porto Alegre, como 50 outras cidades do Estado, bem como do sul de Santa Catarina, vieram abaixo na madrugada de ontem (17 jan). Número de cidades no país, aliás, com áreas de risco e população vivendo nestas áreas não para de crescer. Metade da cidade de POA ficou sem luz e o abastecimento de água também ficou comprometido. Cerca de 150 árvores caíram, causando prejuízos. Um morto. Diante disso todos se perguntam: Será apenas um incidente climático ou há responsabilidades nisso? E os riscos prosseguirão até amanhã.

O Prefeito Mello está atônito. Chegou a pedir moto=serras emprestadas a particulares para atuar derrubada das árvores. O presidente da CEEE Equatorial diz que tudo se resolverá até amanhã quanto ao retorno de energia em residências no RS. Em entrevista ao Jornal do Almoço, da RBS TV, Riberto José Barbanera, Presidente da companhia, negou responsabilidade e citou 'intensidade do temporal' e 'elevada complexidade' dos trabalhos a serem feitos.

<https://g1.globo.com/google/amp/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/01/17/ate-sexta-sabado-diz-presidente-da-ceee-equatorial-sobre-retorno-de-energia-em-residencias-no-rs.ghtml>

Enquanto isso, foi realizada a primeira reunião da Prefeitura de POA com Governo Federal na tarde de ontem, quarta (17-01), sobre a emergência de Porto Alegre:

A reunião foi organizada pela Deputada Federal Maria do Rosário em diálogo e com a decisão da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Ministro Padilha e Secretário de assuntos Federativos, André Ceciliano, e o Ministério da Integração Nacional, Ministro Valdez Goes e do Ministro do RS - Paulo Pimenta. Participaram ainda, pela Prefeitura de Porto Alegre, o Secretário Nacional de Prevenção e Defesa Civil e sua equipe, o Prefeito Melo.

Eis o relato desta reunião:

1. O acesso aos recursos federais é condicionado à Decreto de Emergência fundamentado e documentado, emitido pela Prefeitura Municipal, o que ainda não teria acontecido;
2. O Governo Federal se compromete em homologar de maneira sumária a condição de Emergência de POA, mesmo antes do levantamento do conjunto de perdas e necessidades que o temporal gerou;
2. além do Decreto, a Prefeitura deverá promover um diagnóstico preciso da situação da população, emergência humanitária e das perdas em residências e infraestrutura da cidade. Ainda não há um diagnóstico apresentado, está sendo feito.

3. A PMPA tem que fazer um Plano para cada uma destas duas áreas gerais, com projeção de custos para minimizar as perdas. Um Plano de Reestabelecimento e outro de Ajuda Humanitário (água entra aqui)
4. A PMPA entendia que precisava ter seu Decreto homologado pelo estado, trabalhando até agora sem um entendimento preciso. Não é necessário, ainda que recursos estaduais devam vir para a cidade A Defesa Civil Nacional se relaciona diretamente com Municípios;
5. A Defesa Civil Nacional vai ajudar a Prefeitura a fazer os Planos locais em reuniões a partir de hoje, pela manhã.

Mas o temporal nem foi o único no ano, nem deixará de voltar a ocorrer. As mudanças climáticas parecem que intensificaram o histórico EL NIÑO e deverão continuar a castigar não só o RS mas o país inteiro. Ontem mesmo, tivemos notícia de que Belém, capital do Pará, também sofreu violenta e destruidora tempestade. Trata-se, agora, de criar uma cultura de prevenção e maior articulação da Defesa Civil com a comunidade, mantendo-a mais preparada para enfrentar estas situações. Outros países, como o Japão, que sofrem com mais intensidade e há tempo, adversidades geológicas e climáticas avançaram muito na cultura de prevenção, com participação ativa da sociedade civil. O aparato especializado do Estado é e sempre será indispensável ao enfrentamento dos colapsos da vida civil mas, dada sua intensidade em ocorrências e alcance destrutivo exigirá, cada vez mais, a participação voluntária da sociedade, além de nova política de tratamento, mais preventivo, das disrupções ambientais.

Sempre é bom lembrar:

No dia 02/07/2019, a Assembleia legislativa aprovou o projeto do governador Eduardo Leite de privatização (doação) da CEEE. Entre os 40 deputados favoráveis, estavam o atual prefeito de Porto Alegre Sebastião Mello (PMDB) e o atual vice governador Gabriel Souza (PMDB). Hoje, após a tempestade da noite anterior que deixou mais de 1 milhão 200 mil pessoas sem água somente em Porto Alegre, os 3 vieram a público reclamar do mau atendimento da CEEE EQUATORIAL. Oressa! Ainda não perceberam que a privatização foi um erro...?

Países da Europa e mesmo Estados Unidos, à vista da piora dos serviços públicos privatizados e altos preços, estão revertendo este processo. Privatizar à rodo, enfim, foi um modismo dos anos 1980-2000. Hoje é retrocesso.

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/07/veja-como-votou-cada-deputado-nos-projetos-que-aprovaram-a-privatizacao-da-ceee-da-crm-e-da-sulgas-cjxmfgktp033z01pk4k9e69jw.html>.

Editorial Cultural FM Torres RS – PROGRAMA PE DE MEIA

O ENEM foi criado em 1998, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso inicialmente para avaliar a qualidade do ensino médio no país. Mais tarde converteu-se num exame de acesso ao terceiro ciclo, hoje aceito, inclusive, por algumas Universidades estrangeiras. O número de inscritos no ENEM, que já passou de um milhão, vem caindo nos últimos anos, levando o Governo, agora, a criar um Programa de incentivo á permanência dos alunos adolescentes mais pobres na Escola e que se candidatem ao ENEM. Terão direito ao benefício os alunos que efetivarem a matrícula no início de cada ano letivo; tiverem frequência escolar de 80% das horas letivas; forem aprovados ao final de cada ano; e participarem de exames do Sistema de Avaliação da

Educação (Saeb), de avaliação dos estados para o ensino médio, e do Enem. Mensalmente, todos alunos do ensino médio receberão um valor para incentivar a permanência nas escolas. Ao fim de cada ano, se aprovado, ele receberá um montante maior, que vai para uma conta poupança da Caixa Econômica Federal. Esse valor mais robusto só poderá ser sacado ao concluir o ensino.

O Programa "Pé de Meia" é uma tentativa do Governo para enfrentar o grave problema da evasão escolar no Ensino Médio. Alunos oriundos das famílias mais pobres chegam à adolescência e saem da escola em busca de algum emprego que contribua para as despesas de casa. Sem educação formal completa e sem experiência acabam engrossando as fileiras dos NEM NEM: nem escola, nem emprego. Este número, tomando-se a idade de 14 a 25 anos é superior a 10 milhões no Brasil e eles deveriam estar se preparando para uma profissão. Ficam no meio do caminho. Em outros países, como Coreia do Sul 95% deles terminarão um curso superior. No Brasil não conseguem, sequer, concluir o II Ciclo. Registre-se, pois, o acerto do Governo em criar este Programa, que deverá, entretanto, ser completado por Governos estaduais e municipais de forma a fazer com que a educação seja, enfim, um instrumento de inserção de todos os brasileiros à cidadania.

XX

[

Editorial Cultural FM Torres RS – 16 jan 24

O risco Trump: O terraplanismo em marcha a serviço do autoritarismo

Estudiosos estão propondo que teríamos entrado nos últimos anos na Era do Antropoceno.

O antropoceno se caracteriza principalmente por três fatores: o progresso tecnológico que se

acelerou após a Primeira Revolução Industrial, o crescimento explosivo da população graças às

melhores condições de alimentação, saúde, higiene e à multiplicação da produção e do consumo.

A aceitar esta proposição sugiro que se inclua entre estas características a disseminação de

Grande Mentira. Já não vivemos na era da informação, como se dizia há algum tempo. Agora, as

narrativas se impõem sobre a informação, a opinião pessoal sobre a verdade científica, as Redes

Sociais sobre os tradicionais Meios de Comunicação de Massa. A Grande Mentira, de tanto ser

repetida, ad nauseam, acaba se transformando em cartilha da verdade.
Enquanto, porém, esta

“novilíngua” estava confinada aos milhões de seguidores de jovens
“influencers” totalmente

desprovidos de qualquer qualificação para comentar questões complexas da
vida cotidiana, que

vão de práticas de higiene pessoal até o déficit público, o fenômeno não
ameaçava o funcionamento

da vida pública. Houve um momento, porém, quando a possibilidade de
construir narrativas a

serviço de interesses políticos instaurou-se em várias partes do mundo, tudo
começou a mudar. Das narrativas às seitas foi um pequeno passo. A Política
deixou de ser um âmbito de avaliação

de políticos tradicionais e seus assessores no desenho de horizontes históricos e
passou a ser o

resultado do cálculo de matemáticos e engenheiros a serviço de novos agentes
políticos, que

pousam como cavaleiros húngaros do salvacionismo. Odóricos Passaguassu
reciclados. A

consequência tem sido um enfraquecimento da democracia no mundo inteiro.
Vários autores têm

se dedicado a este assunto, com livros como “Os engenheiros do caos”, “O
descontentamento da

Democracia”, “O Declínio do Homem Público”, “Biografia do Abismo” e tantos
outros, cujas

premissas foram precocemente percebidas pelo psicanalista Eduardo
Mascarenhas (1942-97) no

seu “Psicanálise do Pensamento Neoconservador”, publicado, paradoxalmente,
pela Biblioteca do

Exército, em 1995.

Isso porque a virada da informação à opinião acabou fortalecendo uma visão
conservadora do

mundo voltada à tentativa de reconstruir um passado mítico romantizado, onde
se encontrou com

a emergência de correntes religiosas neopentecostais igualmente críticas às
expressões da

modernidade. Partem sempre do princípio de que “tudo está errado”, “O Brasil não deu certo”, e

outras proféticas condenações ao establishment sempre na tentativa de afirmar o “novo” capaz de

dialogar diretamente com “o povo” em nome da Liberdade. Não por acaso surgem figuras como

Donald Trump, Bolsonaro e Milei, este, inclusive, prometendo reconduzir a Argentina ao século

XIX...

A percepção de crise não se reflete em aspectos objetivos como alternância de poder e

restrições formais. Se por um lado é sinal de que a democracia resiste, é preciso atenção ao

desgaste acumulado - FILIPE CAMPANTE

Estamos vivendo um momento no qual a democracia, enquanto forma de governo, parece estar em

baixa, ao menos em termos relativos. De um lado, temos os casos de regimes autoritários que,

longe de se moverem rumo a um sistema democrático como em algum momento se esperou,

tornaram-se ainda mais repressivos em anos recentes – é o caso de Rússia e China. Longe d

ilustrarem o triunfo democrático no campo das ideias, passaram a servir como exemplo de uma

alternativa antagônica em possível expansão.

De outro lado, temos exemplos de democracias, consolidadas ou em processo de consolidação,

que parecem ter se movido na direção oposta. Casos como Índia, Turquia, Hungria ou Polônia –

as duas últimas dentro da União Europeia – são frequentemente mencionados nesse aspecto,

ilustrando a possibilidade de “backsliding”: democracias sendo corroídas, possivelmente a ponto

de descaracterizarem-se como tal. Isso para não falar de ex-presidentes como Donald Trump, nos

EUA, e Jair Bolsonaro, no Brasil, cujos arroubos autoritários contribuíram para a percepção de um

quadro de fragilidade democrática generalizada.

Essa percepção é mais que anedótica. Nas últimas décadas, vários índices foram desenvolvidos

com o objetivo de mensurar a qualidade das democracias, e eles têm capturado esse movimento:

os últimos quatro relatórios do projeto "Varieties of Democracy" trazem títulos em referência a

autocratização, e Freedom House fala explicitamente sobre "democracias em declínio" em todas

as regiões do mundo.

Ocorre que percepções podem ser distorcidas. Mesmo os índices tradicionais são baseados em

opiniões de especialistas instados a avaliar a qualidade das instituições democráticas em diversos

países. Vale a pena perguntar: será que podemos ancorar essa percepção em critérios menos

subjetivos? Essa é exatamente a tarefa a que se propõe um recente artigo dos cientistas políticos Andrew Little,

da Universidade da Califórnia em Berkeley, e Anne Meng, da Universidade da Virgínia. A ideia dos

pesquisadores é ater-se a indicadores objetivos – isto é, que independam de opiniões, por mais

que estas venham de observadores informados. Em fazendo isso, evita-se a possibilidade não só

de que fatores como preferências ideológicas contaminem a mensuração, mas também de que

impressões preexistentes tornem-se, por assim dizer, autorrealizáveis. Afinal de contas, se "todo

mundo sabe" que a democracia está em crise, medidas subjetivas necessariamente refletirão em

alguma medida essa sabedoria convencional, e acabarão por emprestar-lhe um verniz quantitativo

injustificado.

De todos os neoconservadores emergentes, porém, o que mais assusta é Donald Trump, sobretudo pela possibilidade real de voltar à Casa Branca, não mais como neófito, agarrado ao Poder, mas como um experiente manipulador de opiniões, hoje, como ficou patente nas prévias de IOWA, com total controle do Partido Republicano. O mesmo autor acima destacado, Felipe Rampante, chega a afirmar que Trump é o maior risco deste ano que entra.

Risco assustador que desdobrará, certamente, sobre o Brasil, em função de sua afinidade com a extrema direita do país. Risco à democracia.

“Às vésperas de 2024, o mundo é confrontado com um velho fantasma: Donald Trump. Longe de ter se tornado irrelevante após sua derrota eleitoral em 2020, e sua tentativa de subverter o resultado que culminou no infame 6 de janeiro de 2021, ele segue dominando a cena política americana.

Há pouco menos de um ano do pleito, pesquisas eleitorais são pouco preditivas. Dito isso, os mercados de apostas atualmente projetam Trump como grande favorito para ser o candidato republicano (cerca de 75% de probabilidade), e essencialmente empatado com Joe Biden na probabilidade de ser o próximo presidente (ambos com cerca de 40%). (Os democratas seguem ligeiramente favoritos, com cerca de 52% a 48%, indicando que os mercados atribuem uma probabilidade considerável de o partido de Biden acabar tendo outro candidato.)

Os motivos para tal força, a despeito dos múltiplos indiciamentos a que hoje responde, são vários,

de fatores estruturais que venho explorando há algum tempo – polarização, o Partido Republicano,

o novo ambiente de mídia – ao fato de que Trump precisa se manter em evidência exatamente

para adquirir proteção contra seus problemas legais.

Talvez mais importante, contudo, seja considerar quais as possíveis consequências de um eventual

segundo governo Trump. Essa pode parecer uma questão relativamente menor; afinal de contas,

o mundo já viveu quatro anos disso, o que poderia ser tão diferente? A resposta é: muita coisa.

Começemos pelo prisma doméstico americano. É importante entender que reeleger Trump não é

a mesma coisa que elegê-lo da primeira vez. Primeiro porque, em 2016, sua vitória foi inesperada

– inclusive para ele próprio, e certamente para seu partido. Era então possível atribuir o resultado

a uma boa dose de acaso, somado à rejeição engendrada pela então rival, Hillary Clinton, em boa

parte do eleitorado. Elevá-lo à presidência por uma segunda vez, tendo passado pela experiência,

significa um outro patamar de endosso. Seria forçoso reconhecer que Trump não representa uma

anomalia, mas sim algo muito mais durado

Editorial Cultural FM Torres RS 15 de janeiro 23 A CLASSE MÉDIA NO BRASIL

~~~~~\*\*

Gastos com automóvel são a 2ª maior despesa das famílias brasileiras Mesmo com os gastos elevados, uma pesquisa da Serasa mostrou que 56% entendem que vale a pena ter um carro. 67% dos lares brasileiros têm nos gastos com automóveis uma das três maiores despesas, junto com alimentação – 69% - e contas básicas – 62%. Leia no Poder360. -

<https://www.poder360.com.br/economia/gastos-com-automovel-sao-a-2a-maior-despesa-de-familias-brasileiras/>

~~~~~\*\*

Há um inequívoco consenso, no Brasil, de que temos uma economia forte que

convive com um dos mais injustos Países do mundo. Com efeito, dos cerca de 213 milhões de habitantes no país, dos quais em torno de 180 milhões em idade de trabalhar, em média 70 milhões nem procuram emprego. Dos que procuram temos os indicadores trimestrais da PNAD do IBGE, que revela as variações conjunturais dos que conseguem emprego e os que estão no desemprego. Eis, rigorosamente, o que revela a última destas pesquisas:

FONTE 0 Ricardo Bergamini – www.ricardobergamini.com.br

Vejamos, entretanto, além da indicação sobre ocupação, qual o perfil social da população brasileira.

Arrecadação do R\$ 1 Trilhão por Faixa de Renda:

ARRECADÇÃO R\$ 1 TRILHÃO POPULAÇÃO

DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS 20.482.800,00 12,65%

DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS 15.352.000,00 16,63%

DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS 4.848.000,00 9,63%

MAIS DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS 1.696.800,00 7,30%

O quadro acima se refere apenas aos declarantes de IR. A partir dele se podem acrescentar outras reflexões

Dentre os ocupados, cerca de 100 milhões, como se vê, apenas 40 milhões declaram IRENDIA. Cotejando-os com a população, existem vários segmentos de renda:

1. Os mais ricos se subdividem entre os que ganham muito bem, sejam assalariados, proprietário, profissionais liberais, com renda superior a dez salários mínimos e os milionários que auferem rendimentos de aplicações financeiras, lucros de seus empreendimentos e rendas ilegais. – maior parte deles declarantes de Imposto de Renda – 6,5 milhões
2. segmentos assalariados e informais de 1 até 10 salários mínimos – Os dados não são muito precisos sobre estes segmentos mas sabe-se que 31,8% tinham renda entre um e três salários; total de 35 milhões
3. segmentos informais que ganham até um salário mínimo, o resto dos ocupados, perto de 70 milhões, aos quais se somam os 26 milhões de inativos que estão fora da idade de trabalhar e que ganham 1 mínimo. Total 96 milhões. Destes quase 100 milhões, entretanto, cerca de 40 milhões vivem com meio mínimo mensal e outros 20 estão na miséria com ganho inferior a dois dólares ao dia.

Nossa classe média, embora extremamente diferenciada, compõe-se, portanto de cerca de 40 milhões de brasileiros, os quais animam com sua demanda os mercados de bens duráveis e serviços mais sofisticados. Um indicador destes bens é o automóvel novo e o acesso aos Planos de Saúde. Havia no país um total de - 59.242.869 automóveis em 2022, evidenciando o acesso ao carro de segmentos de renda não privilegiada, ou seja, 67% dos lares, embora o que anima o mercado seja a venda de novos, em queda nos últimos anos, inferior a 3 milhões de unidades ao ano. Já o acesso aos Planos de Saúde também é um importante indicador do número de brasileiros na classe média: 50 milhões em 2022.

Dados Gerais — Agência Nacional de Saúde Suplementar (www.gov.br)
Este segmento não tem importância apenas econômica. Tem maior acesso à informação e capacidade de intervenção no processo de formação de opinião pública fazendo com que tenha papel estratégico na política. Daí a preocupação das lideranças políticas, notadamente o Governo Federal que procura influenciar estes segmentos com Políticas Públicas de seu interesse, sobretudo no tocante aos principais itens de seu custo de vida, a saber, combustível do carro, alimentação -69%-, e custos básicos – 62%.

OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento

O modelo liberal clássico: Inglaterra, França e Estados Unidos

O modelo fascista: Itália, Alemanha e Japão

O modelo nacional-desenvolvimentista na América Latina

O modelo dos tigres asiáticos

O modelo chinês

Nesta semana, foi publicado no Valor Econômico um artigo de eminente economista americano de origem turca, D. Rodrik, sobre Modelos de Desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o FMI publicava a lista das maiores economias do mundo, na qual o Brasil vai reconquistando sua posição, já histórica, desde o século XX entre os dez primeiros colocados. Falta apenas um degrau... Uma afronta para os pessimistas de todos os tempos que enaltecem o II Império no Brasil e seu triste monarca, afirmando que nada mudou neste país. Oressa! Em 1889, na Proclamação da República éramos um mísero país com menos de 15 milhões de almas arranhando o litoral, recém egressos do sistema escravistas, voltado à produção de café e açúcar para o mercado externo. Nossa capital, Rio de Janeiro, era tão infecta que os navios temiam atracar e faziam-se ao largo. Hoje, muitos estranham ao ver que nossa economia é maior do que a Rússia, país que ponteou com os americanos a Guerra Fria, de 1947 a 1991, e agora enfrenta na Ucrânia um conflito com a OTAN. Demos certo. Isso mesmo, à luz do indicador que modernamente mede a "Riqueza das Nações", título da obra de Adam Smith, século XVIII, que deu origem à Ciência Econômica, o PIB, estamos entre os maiores.

Já não é apenas a indústria e o trabalho ali empregado que encorpam a economia de um país. O conceito alargou-se para juntar no PIB o valor agregado nos vários segmentos da vida social. Não é lá um conceito muito confiável. Dois economistas brasileiros o têm criticado: Carlos Águedo Paiva, gaúcho, e Marcos Barbosa de Oliveira, autor de "PIB, história de um índice-zumbi" no portal Outras Palavras -<https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/pib-historia-de-um-indice-zumbi/#:~:text=Na%20qualidade%20de%20precursor%20do,1991%2C%20deu%20lugar%20ao%20PIB.>

Celso Furtado (1920-2004), patrono dos economistas brasileiros e um dos grandes vultos nacionais do século passado, também preferia uma visão mais estrutural da economia para saber se realmente estava se "desenvolvendo". Ele entendia o processo de desenvolvimento econômico como algo mais do que soma de remuneração de fatores de produção, crescimento do PIB, acumulação de capital ou mero aumento das exportações. Para ele, o desenvolvimento implicava em mudanças estruturais que contribuem para o aumento sistemático

da produtividade e que se refletem socialmente na diversificação da sociedade e suas estruturas de poder. Tinha ele, também, a convicção de que o desenvolvimento não pode ser considerado espontâneo. É sempre preciso uma ação racional, planejada e intencionalmente orientada pelo Estado para uma sociedade se desenvolver, fato este comprovado pela obra da economista italiana Mariana Mazzucato, Universidade de Sussex RU - <https://www.bbc.com> > internacional-53686431 - ,especialmente o livro "O Estado Empreendedor".

<https://www.bbc.com> > internacional-53686431 . Todos os processos de modernização tiveram no Estado, enfim, alavanca estratégica.

A verdade é que se há uma diferença fundamental entre uma sociedade tradicional voltada à subsistência de sua população e uma outra, moderna, que inova as formas de produção, avançando crescentemente sobre processos industriais e serviços, com elevação da renda per capita , diversificação do seu consumo e acesso ao exterior, a passagem de uma situação à outra é muito variável e distintos os caminhos políticos, como bem o demonstrou Barrington Moore Jr. Além disso, há casos em que a elevação do nível de renda de um país ocorre não necessariamente por transformações estruturais mas pela mera incorporação de áreas mais férteis decorrentes da incorporação da fronteira agrícola, descoberta de jazidas minerais de elevado valor no mercado mundial, ou significativa vantagem comparativamente na produção de um produto de exportação de alto valor no mercado mundial. Esse, aliás, foi o caso do Brasil com seus vários ciclos: açúcar, ouro e café. Graças a eles, mesmo sob estatuto colonial ou manutenção de estratificadas estruturas sociais, inclusive escravidão construímos uma economia vigorosa. O Brasil sempre teve, por séculos, uma economia forte mas socialmente injusta, fenômeno agravado pela imensa dificuldade para romper politicamente com este estatuto, mesmo depois da Proclamação da República, da Revolução de 30 ou da Redemocratização em 1988. Este é o caso contemporâneo, também, dos países exportadores de petróleo, os quais se beneficiam dos altos preços deste produto no mercado mundial, que lhes dá, inclusive, a falsa imagem de países ricos. São subdesenvolvidos iludidos.

De uma forma geral o processo de desenvolvimento, para ser irreversível, exige transformações estruturais: internalização da indústria, melhoria dos serviços urbanos, aumento de gastos em C&T, valorização dos recursos humanos e aumento da capacidade para exportar nos marcos da liberdade dos mercados. Inglaterra, França e Estados Unidos, sucessivamente, lideraram este processo desde o final do século XVIII até o século XX e, com isso, acabaram criando barreiras para que outros países da própria Europa o acompanhassem, tal como ocorreu com a Itália e Alemanha que acabaram desembocando no autoritarismo e no confronto de guerra para realizar seus objetivos. Na Ásia, o Japão antecipou-se a outros países e acabou se impondo em toda a região, inclusive com a ocupação da China, em 1937, também sob um modelo autoritário, mas eficiente. A essas alturas, um outro modelo, soviético, já estava em curso na União Soviética, com idênticos objetivos de modernização mas conduzidos por rígida planificação central, que se mostrou eficaz num primeiro momento do processo de desenvolvimento quando as exigências de investimento em setores básicos era evidente. Já então, também, cevava-se na América Latina um modelo misto de desenvolvimento, com forte presença estatal em seu direcionamento mas articulado aos mercados interno e externo, num tripé

citado no II Plano Nacional de Desenvolvimento, Governo Geisel, mas antecipado por Vargas e JK, como Estado + Setor Privado Interno + Multinacionais. O ponto de partida deste "nacional-desenvolvimentismo" foi Lázaro Cárdenas no México e Haya de La Torre no Peru. Cárdenas Ele se destacou por haver estruturado o PRI, como herdeiro da Revolução Mexicana de Emiliano Zapata e Pancho Villa e levou a cabo uma reforma agrária efetiva, através das cooperativas de terras e nacionalização dos recursos do subsolo - especialmente do petróleo. Criado em 1924 por Victor Haya de la Torre, como uma frente anti-imperialista continental, a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) foi oficialmente fundada como partido político em 1931, transformando-se numa das principais agremiações políticas peruanas do século XX. Influenciado por José Carlos Mariá-átegui, De la Torre partiu de uma interpretação do marxismo, que privilegiava a luta em todo o continente e a construção de capitalismo de Estado, para obter o desenvolvimento econômico antes da fase de edificação do socialismo. Originalmente, a APRA tinha uma plataforma de cinco pontos: ação contra o imperialismo, unidade política da América Latina, revisão dos tratados internacionais, internacionalização do Canal do Panamá e solidariedade a todas as classes e povos oprimidos do mundo. Sob sua influência, surgiram o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) da Bolívia e o Movimento de Libertação Nacional (MLN) da Costa Rica

Este modelo alastrar-se-á por toda a América do Sul, inspirando Getulio Vargas, no Brasil e Juan Domingo Perón, na Argentina.

Na segunda metade do século XX este modelo acabará alimentando os projetos nacionais de Gamal Abdel Nasser no Egito, Mossadegh no Irã, além dos líderes do Partido Baath no Oriente Médio.

Com a recuperação econômica do mundo ocidental, sob hegemonia dos Estados Unidos no mercado mundial, emergiu nos anos 1970 outra variante da modernização: o modelo dos denominados Tigres Asiáticos, um conjunto de pequenos países com elevado grau de articulação com a economia global, cujo melhor exemplo foi Cingapura, uma cidade-estado, também a Coreia do Sul, que fizeram de sua capacidade para exportar a chave para suas transformações internas.

Finalmente, na década de 1980, um outro modelo, acabaria consagrando um inusitado eclétismo: O chinês. Partindo do fracassado modelo soviético reeditado por Mao Tse Tung que passara pela coletivização do campo e no Grande Salto capaz de fazer do país em poucos anos uma potência mundial auto-centrada, Deng Xiao Ping, um dissidente heterodoxo combina as experiências soviéticas de controle central da Política e da Economia com as aberturas do modelo nacional-desenvolvimentista latino-americano e dos tigres asiáticos e começa a abrir o país. O resultado foi a profunda transformação estrutural da China em três décadas, nas quais não só se transformou na fábrica do mundo como retirou 400 milhões de pessoas da pobreza e conquistou a primazia no comércio mundial, despontando como maior potência econômica do mundo na próxima década.

qualquer apoio ao país vizinho dependerá de pedido do seu Governo, o que, até agora, não ocorreu:

"O governo brasileiro acompanha com preocupação e condena as ações de violência conduzidas por grupos criminosos organizados em diversas cidades no Equador. Manifesta também solidariedade ao governo e ao povo equatorianos diante dos ataques. O governo segue atento, em particular, à situação dos cidadãos brasileiros naquele país. O plantão consular do Itamaraty pode ser contatado no número +55 61 98260-0610 (inclusive WhatsApp)", diz o Itamaraty.

Os países do continente também condenam a ação do crime organizado no Equador e se manifestam:

Países sul-americanos condenam ação de crime organizado no Equador. Crise na segurança levou presidente equatoriano a decretar emergência

Publicado em 10/01/2024 - 19:43 Por Pedro Rafael Vilela - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Em meio à onda da violência que assola o Equador, causada por organizações do tráfico de drogas, países sul-americanos se manifestaram nesta quarta-feira (10) em solidariedade ao governo e à população equatorianos. Uma das manifestações foi emitida por 11 países que fazem parte do Consenso de Brasília, articulação regional criada no ano passado a partir de um encontro promovido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na capital federal. O grupo é formado por Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Guiana, Suriname, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, além do próprio Equador.

"O Consenso de Brasília unirá esforços para combater de forma coordenada este flagelo que atinge toda a região, sob os princípios do Direito Internacional e das legislações internas de cada país sul-americano. Esperamos uma rápida restauração da segurança e da ordem pública no quadro do Estado de direito e das atuais instituições no Equador, com apego e respeito pela democracia e pelos direitos humanos. Os países membros do Consenso de Brasília reiteram a sua solidariedade às autoridades e ao povo equatoriano neste momento difícil e particularmente às vítimas destes atos de violência", diz a nota.

O Mercosul, bloco regional formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, também expressou, por meio de nota, solidariedade ao povo e ao governo do Equador, com "respaldo irrestrito à institucionalidade democrática desse país, no marco do respeito aos direitos humanos".

Para compreender melhor a crise no Equador procure ler AGENCIA BRASIL: Internacional: Entenda as origens da atual crise de segurança do Equador- Entenda as origens da atual crise de segurança do Equador | Agência Brasil (ebc.com.br)

Internacional: Indígenas do Equador culpam política neoliberal por crise na segurança- Indígenas do Equador culpam política neoliberal por crise na segurança | Agência Brasil (ebc.com.br)

Internacional: Brasil e outros países acompanham com preocupação crise no Equador - Brasil e outros países acompanham com preocupação crise no Equador | Agência Brasil (ebc.com.br)

2023 –Ano I do Lula III- A vitória da democracia-entre-nós com a união de todos os poderes, imprensa e opinião pública contra os ataques de 8 de janeiro e outras realizações no ano

1. ARCABOUÇO FISCAL: Entregue pelo ministro Haddad e bem aceito pelo mercado e classe política.
2. A agência de classificação de risco S&P eleva a categoria do Brasil para positivo, o que não acontecia desde 2019.
3. REDUÇÃO DE PREÇOS: Diesel, gasolina, gás de cozinha e alimentos, mesmo com a volta da cobrança do ICMS aos estados. Fim da paridade do preço do combustível interno ao dólar e ao mercado internacional. Redução do preço do querosene de aviação.
4. SALÁRIO MÍNIMO: Valorização do salário mínimo, primeiro aumento real depois de 6 anos. A partir de 1º de maio de R\$ 1.320,00.
5. DESENROLA BRASIL: Programa federal de renegociação de dívidas para 70 milhões de brasileiros, já beneficiou 11 milhões em 23.
6. MARCO FISCAL APROVADO NA CÂMARA: Arrumando as contas para conseguir mais possibilidades de investimentos nas áreas que o povo mais precisa.
7. REDUÇÃO DE IMPOSTOS para carros com valor até R\$120 mil. Novo pacote de incentivos fiscais para as montadoras foi anunciado no fim do ano.
8. ALÍVIO na Tabela do IMPOSTO DE RENDA, tirando imposto dos assalariados até 2 Salários Mínimos, primeiro passo para a isenção do IR até cinco salários.
9. AGRICULTURA FAMILIAR: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - o agricultor familiar volta a ter segurança de que pode produzir, pois receberá um preço justo pelo que colher.
10. MAIS MÉDICOS: O programa voltou com o Ministério Agrário, melhorado e ampliado, levando atendimento de qualidade a áreas distantes do país e periferias das grandes cidades.
11. PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE: Iniciativa do Governo Federal que oferece tratamento odontológico gratuito à população de baixa renda em todo o país.
12. VACINAÇÃO: O governo Lula lançou uma ampla campanha de vacinação contra a Covid-19 e outras doenças, combatendo as fake news e o negacionismo.
13. VACINA DA GRIPE LIBERADA PARA TODA A POPULAÇÃO: Vacina já está liberada para toda a população com mais de 6 meses de idade.
14. INVESTIMENTO NA ÁREA DA SAÚDE: Negociação com o Japão para o investimento de 1 BILHÃO de reais e retomada, com sucesso, do Programa Mais Médicos.

15. MEIO AMBIENTE: Alemanha, Noruega e EUA retomam o fundo Amazônia, e o Reino Unido também faz investimentos. Lula cobra maior participação de países desenvolvidos.
16. REDUÇÃO DE QUEIMADAS NAS TERRAS INDÍGENAS: Redução de 96% em abril comparado ao mesmo período do ano passado, com promessa da criação em Roraima de uma CASA DE GOVERNO que abrigará equipes civis e militares de apoio à defesa das terras indígenas.
17. ALERTAS DE GARIMPO ILEGAL ZERADOS: Pela primeira vez em três anos.
18. EDUCAÇÃO: Reajuste em bolsas de graduação, pós-graduação e iniciação científica, além do aumento no número de bolsas concedidas. Nova universidade em Osasco (SP) e 2,44 bilhões de reais extras para universidades e institutos federais.
19. AÇÕES PARA COMBATER A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: Lançamento de cartilha sobre segurança nas redes e violência online.
20. MERENDA ESCOLAR: Aumento do valor repassado pelo governo federal a estados e municípios para melhorar a merenda escolar.
21. BOLSA FAMÍLIA: Valor de R\$ 600, mais R\$ 150 para cada criança com até 6 anos e R\$ 50 dos 7 aos 17 anos. Condicionado a atestado de vacinação em dia e matrícula na escola.
22. PROGRAMA HABITACIONAL: Retomada de mais de 5.000 obras paradas do Minha Casa Minha Vida, com a meta de construir 170.000 moradias até o final do ano e 2 milhões até 2026.
23. CULTURA: Regulamentação do financiamento cultural no país e estabelecimento de novas regras de acesso à Lei Paulo Gustavo, Lei Aldir Blanc, Cultura Viva e Lei Rouanet, além de outras políticas públicas para o setor.
24. SEGURANÇA E PROTEÇÃO ÀS MULHERES: Relançamento do Pronasci com foco no combate ao feminicídio, recursos para a construção de 40 Casas da Mulher Brasileira e extensão do Ligue 180 para o WhatsApp.
25. EQUIPARAÇÃO DE SALÁRIOS: Mesma função dentro da empresa para mulheres e homens.
26. IGUALDADE RACIAL: Criação de um ministério para tratar da igualdade racial e implementação de programas de conscientização e combate ao racismo.
27. POVOS INDÍGENAS: Criação do Ministério dos Povos Indígenas entregue ao comando de Sonia Guajajara e Ações urgentes para socorrer os indígenas, especialmente os Yanomami, que estavam sendo dizimados nos últimos anos pela entrada do garimpo ilegal e tráfico em suas áreas protegidas por Lei
28. ESTIMATIVA ANUAL DA INFLAÇÃO CAI E PIB SOBE: Bolsas em alta, dólar em queda. Menor inflação nos alimentos nos últimos 6 anos.

29. CONSOLIDAÇÃO DO GOVERNO DE FRENTE DEMOCRÁTICA com a incorporação no Governo de Partidos que não apoiaram a Chapa Lula / Alkmin, de forma a assegurar maior governabilidade ao Governo e contribuir para distensão política herdada do governo anterior.

30 – RECUPERAÇÃO da estabilidade institucional entre os Poderes da República e com os Governadores. RETOMADA do PROTAGONISMO INTRNACIONAL do Brasil nos Foros multilaterais, sobretudo na questão ambiental.

Editorial Cultural FM Torres RS 09 de janeiro 23

Pequeno dicionário sobre questões políticas
sxpolitics.org/Pequeno dicionário - Clique AQUI

Autor de 'A máquina do caos', M. Fischer, diz que redes sociais são feitas para favorecer radicalismo – Acesse

Globonews==/video/autor-de-a-maquina-do-caos-diz-que-redes-sociais-sao-feitas-para-favorecer-radicalismo

Outros livros que tratam do tema REDES SOCIAIS:
Cioccarì, Deysi, Braun, Helen. Jair: 1991-2022 eBook
Felipe Nunes - Biografia do Abismo

~~~~~\*\*

V. sabe a diferença entre Jornalismo e Redes Sociais?

Muito simples: As Redes constituem-se numa grande ilusão de participação na vida social alimentada pelo prazer que nos dá de manifestar opiniões próprias enquanto os jornais são meios mais frios, embora com muito maior densidade de verdades. Nas Redes damos vazão ao nosso prazer e nos comprazemos, estimulados pela intensidade das cores das imagens que acompanham os posts a ficar amarrados às telas. Há nas Redes uma sensação de interação social mas que nos prende através da manipulação dirigida dos algoritmos ao sensacionalismo. Pesquisas ontem citadas pelo autor de A MAQUINA DO CAOS na Globo News mostra como as Redes acabam disseminando ideias extremistas que acabam levando o conjunto da sociedade ao caos. A divulgação, também na GN, na noite de ontem, do documentário sobre os ATOS DE 8 de janeiro foi outro ponto positivo digno de menção diferenciadora e pedagógica da Imprensa sobre as Redes. Ou seja, se V. se tornou um extremista nos últimos tempos, pode ter certeza de que V. já é refém de uma seita, não de sua liberdade de opinião. Agora é só esperar o primeiro OVNI que aparecer para entrar em órbita....

~~~~~\*\*

Anexos

Globo cobra, em editorial, regulação das redes sociais e aprovação do PL 2630 após evento Democracia Inabalada. Prioridade do grupo de mídia é a regulação da internet, proposta que foi defendida pelo presidente Lula e pelo ministro Alexandre de Moraes no ato de ontem

247 – O grupo Globo, que teve papel decisivo no golpe de estado de 2016, cobrou nesta terça-feira, em editorial, a regulação das redes sociais, após o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Alexandre de Moraes defenderem o tema no ato Democracia Inabalada, ocorrido ontem em Brasília.

"Passou da hora de deputados e senadores deixarem de ser reféns das fabulações espalhadas pelas grandes plataformas digitais. A falta de regras transformou as redes sociais e os aplicativos de comunicação em centros de disseminação de desinformação. Repetidas vezes, as empresas de tecnologia falharam. Quando vídeos, áudios ou memes fraudulentos são removidos, milhões já os viram, e o estrago já está feito", escreve o editorialista do jornal O Globo.

"A proposta de lei sobre o tema — o Projeto de Lei de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, ou PL das Fake News — já foi amplamente debatida. A versão amadurecida estabelece um equilíbrio adequado entre a necessidade de respeito à privacidade e à liberdade de opinião e a atribuição de responsabilidade às plataformas pelo respeito às leis brasileiras (dever de cuidado). Com a aproximação das eleições municipais, não há a menor razão para ela continuar parada", acrescenta.

"Deputados e senadores não podem mais perder tempo. Quando o Congresso voltar do recesso, essa deve ser uma das prioridades. O prazo é exíguo, e o assunto, como mostra o 8 de Janeiro, da máxima importância", finaliza. A tendência é que o PL 2630, apresentado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) entre em votação, contando desta vez com o apoio de parlamentares da base aliada.

Reflexão sobre a verdade.

O texto publicado foi encaminhado por um usuário do site por meio do canal colaborativo Meu Artigo. Brasil Escola não se responsabiliza pelo conteúdo do artigo publicado, que é de total responsabilidade do autor. Para acessar os textos produzidos pelo site, acesse: <https://www.brasilecola.com.-https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/filosofia/verdade.htm>

RESUMO: O presente artigo tem como tema a verdade, o mesmo tem como objetivo refletir e saber o que é a verdade em diferentes concepções, aqui será discutida diferentes concepções da verdade vindas de diferentes línguas: Grega, Latina e Hebraica. No entanto para o presente estudo sobre verdade busquei como ponto de partida o livro de Introdução à filosofia (2008) da autora Marilena Chauí onde ela discutiu cada concepção da verdade e através da mesma chegar a um entendimento sobre diferentes conceitos da verdade. Com o presente estudo almeja-se contribuir para um possível entendimento sobre cada concepção da verdade.

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos em verdade estamos nos referindo a dúvidas, incertezas, vontades em conhecer o que está escondido e oculto aos nossos olhos e essas dúvidas e incertezas e vontade de conhecer que nós faz querer compreender o que é a verdade?

Neste trabalho iremos discutir as diferentes concepções da verdade em diferentes línguas, em Grega, latina e Hebraico segundo a autora Chauí (2008, p.95-96).

Em grego a verdade se diz alétheia se refere a automanifestação da realidade ou a manifestação dos seres uma visão intelectual dos humanos. Em latim verdade é veritas corresponde a maneira de narrar os fatos acontecidos, a maneira de narrar determinará a verdade dos fatos.

Em hebraico é emunha está relacionada com Deus e com o ser humano, tem uma relação divina, está ligada a profecias.

2 O QUE É VERDADE?

No senso comum verdade é dizer o que se acredita de verdade, porque se viu com os próprios olhos ou se concluiu após sério esforço para conhecer as coisas tais como elas são, embora a filosofia afirme que não podemos conhecer em si mesmo qualquer coisa.

Os seres humanos falam muito em verdade até as defende, mas as defende sem nem uma restrição, ou melhor, ninguém se preocupa com indagações do tipo o que é a verdade? Uma pergunta da qual tem ocupado ao longo dos tempos filósofos, cientistas e outros pensadores.

A propósito é bastante significativa a verdade do ponto de vista jurídico, ou melhor, para ser mais clara do ponto de vista penal. Podemos observar isso no diálogo entre Jesus e Pôncio Pilatos.

Então, lhe disse Pilatos: Logo tu és rei? Respondeu-lhe Jesus: Tu dizes que sou rei. Eu para isso nasci e para isso vim ao mundo, a fim de dar testemunho da verdade. Todo aquele que é da verdade ouve minha voz. Perguntou-lhe Pilatos: Que é a verdade? Tendo dito voltou aos Judeus e lhe disse: Eu não acho crime algum nele (JOÃO 18: 37-38)

Sobre o diálogo entre Jesus e Pilatos podemos observar que Jesus não tem dúvida sobre o que seria a verdade e Pilatos não sabe o que era a verdade, mas Jesus não estava falando "em verdades", mas "em verdade" como essência absoluta. Na verdade não dar para aqui dizer que a verdade encontrou sua verdadeira definição nas palavras de Jesus mesmo porque a verdade da qual Jesus se refere é sua própria verdade tem um sentido de domínio sobre as pessoas.

Segundo Chauí (2008, p. 95) "Nossa ideia de verdade foi construída ao longo dos séculos com base em três concepções diferentes, vinda da língua grega, da latina e da hebraica." Vejamos cada uma delas.

3 AS CONCEPÇÕES DA VERDADE

Na concepção grega, a verdade é alétheia, que significa o não oculto, o não, dissimulado e, como tal verdadeiro, é o que se manifesta aos olhos do corpo e do espírito, é a manifestação do que é ou existe tal como é. O falso é pesado, o escondido, o encoberto, o dissimulado, parece ser, mas não é como parece. De acordo com essa concepção a verdade estaria na essência, sendo idêntica à realidade e acessível apenas ao pensamento, e verdade aos sentidos. Assim um elemento necessário era a visão inteligível, em outras palavras o ato de revelar, o próprio desvelamento.

Então podemos dizer que a verdade em alétheia seria a busca em distinguir aquilo que temos imprevisão que seja verdadeiro. Sendo assim a verdade já está evidenciada nas coisas

Na concepção latina verdade é veritas significando exatidão, precisão, rigor do que se refere à linguagem como expressão de fatos acontecidos, a relatos ou enunciados que dizem as coisas ao os fatos tais como foram acontecidos. Se nos colocarmos pelo lado da concepção latina podemos observar que ela se afirmar na capacidade dos seres humanos em descrever com precisão um acontecimento. Essa concepção depende muito da forma que os fatos são narrados. Nesse ponto a verdade como veritas se trata de descrever com detalhes o ocorrido no passado

Observam-se diferenças nas duas concepções. Na latina a precisão dos fatos que são contados que vai determinar se esse fato é verdadeiro ou falso. Na grega a verdade está nas próprias coisas diferentemente da latina.

Na concepção hebraica verdade é emunah, que significa confiança. Nessa concepção Deus e os seres humanos que são verdadeiros, mas são verdadeiros se comprem o que prometem se não traem a confiança. A verdade aqui está relacionada com a esperança de cumprimento do que foi prometido.

Nota- se que a fé e a crença movem essa concepção de tal modo que temos que acreditar em uma verdade mesmo que sua evidência seja contraditória. Na minha concepção de verdade essas crenças me parecem alienadora, pois acreditar em algo que não pode ser real e o mesmo de querer que o Brasil seja um País de primeiro mundo um País sem miséria sem desemprego. Eu posso até acreditar nesse Brasil melhor ter fé, mas como acreditar em um País melhor se as evidências me mostram totalmente ao contrário?

Alétheia se refere ao que as coisas são (isto é, o que ela foi e sempre serão tais como se manifesta ao nosso espírito); veritas de refere aos fatos que foram (Isto é, a acontecimentos que realmente se deram tais como são relatados); emunah se refere às ações e coisas que serão (isto é, o que virá a ser ou o que virá a acontecer porque assim foi prometido) (CHAUÍ 2008, p, 96)

Assim de uma forma mais resumida alétheia são e sempre, serão tais como se manifesta agora ao nosso espírito, veritas, aos fatos que farão que relatos emunah em relação às coisas que serão e que foram prometidas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos aqui discutir a questão da verdade tomando como referências as concepções da verdade discutida pela autora Marilena Chauí.

Ao término deste trabalho foi possível observar que a história do pensamento humano é uma constante busca da verdade e que cada pensador tem seu lugar próprio no mundo e sua própria situação histórica que lhe permite formular seu conceito de verdade. Portanto cada ser tem suas opiniões e crença. Assim todos nós temos nossas concepções da verdade seja de qual forma que for ela não deixa de ser a nossa verdade.

Não produzi este artigo pensando em encontrar a verdade, mas com intenção de conhecer mais sobre ela e refletir a partir de diferentes concepções. No meu entender a verdade está encoberta por nuvens bastante escuras e que necessita ser clareada em benefício de todos nós.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA. João. 18: 37-38, português Bíblia Sagrada. Tradução. João Ferreira de Almeida. São Paulo: SBB, 1996. p. 99-162.

Chauí, Marilena. Convite à Filosofia. 13. Ed. São Paulo: Ártica, 2008

Publicado por: Valdirene Alves lima

Editorial Cultural FM Torres RS 08 de janeiro 23

O espectro do autoritarismo nos assombra

Lewandovski - <https://www.cartacapital.com.br/politica/8-de-janeiro-agentes-do-caos-seguem-ativos-e-espectro-do-autoritarismo-nos-assombra-diz-lewandowski/>

8 de janeiro não foi um picnic

<https://www.brasil247.com/blog/relatorio-fruto-das-investigacoes-comprovam-8-de-janeiro-nao-foi-um-piquenique>

ENTREVISTA | Geraldo Alckmin: 'Foi vergonha nacional, mas houve resposta firme a favor da democracia'

<https://gilvanmelo.blogspot.com/.../entrevista-geraldo...>
Merval Pereira - Quem planejou?
<https://gilvanmelo.blogspot.com/.../merval-pereira-quem...>
Míriam Leitão - História do golpe e do contragolpe
<https://gilvanmelo.blogspot.com/.../miriam-leitao...>
Eliane Cantanhêde - 'Democracia inabalada'
<https://gilvanmelo.blogspot.com/.../eliane-cantanhede-os...>
Celso Rocha de Barros - Falta punir estes aqui
<https://gilvanmelo.blogspot.com/.../celso-rocha-de-barros...>
Vinicius Torres Freire - O golpismo está forte e sacudido
<https://gilvanmelo.blogspot.com/.../vinicius-torres...>
Bruno Boghossian - Depois daquele domingo
<https://gilvanmelo.blogspot.com/.../bruno-boghossian...>

Editorial Cultural FM Torres RS – Parlamentarismo de Ocasão – (transcrição)

FELIPE SALTO, A Privatização do Orçamento Público – O ESP

FALTA DE PLANEJAMENTO MAIS USO DESCARADO DO ESPAÇO FISCAL PELO
LEGISLATIVO =-<https://gilvanmelo.blogspot.com/.../felipe-salto...>

Sob uma ótica relativamente moderna, o processo orçamentário deve orientar-se por resultados, e não pela disputa por recursos e carimbos. Contudo, a ausência de planejamento tem levado à privatização do Orçamento público, guiada por interesses cada vez menos associados ao desenvolvimento econômico integrado da Nação. Nem os programas orçamentários são avaliados e melhorados nem o espaço discricionário é usado adequadamente.

Uma análise da proposta orçamentária da União para 2024 pode ser útil. A Lei Orçamentária Anual ainda não havia sido sancionada até o envio desta coluna para os editores. Por isso, trabalho com as informações do relatório exarado pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

Nele, constata-se despesas totais de R\$ 5,4 trilhões para 2024. Desse montante, R\$ 2,7 trilhões são gastos financeiros, incluindo os pagamentos de juros e o refinanciamento da dívida pública vincenda. A saber, na presença de déficit, o governo precisa recorrer ao mercado para financiá-lo e, ainda, precisa substituir os títulos públicos que estão para vencer. Essas despesas têm de ser previstas em orçamento. Deixar de pagar juros ou honrar os valores dos títulos na data do vencimento equivaleria a dar o calote. Não é uma opção.

Dos R\$ 2,7 trilhões restantes, as despesas de Assistência, Trabalho e Previdência Social e os precatórios somam R\$ 1,45 trilhão. Os orçamentos da Saúde e da Educação totalizam R\$ 370 bilhões, enquanto a Defesa Nacional, as Relações Exteriores e a Segurança Pública ocupam cerca de R\$ 100 bilhões. As transferências para Estados e municípios e os recursos aportados pela União no Fundeb, além de outros encargos especiais, circundam os R\$ 600 bilhões. As funções ligadas à atividade legislativa e judiciária somam algo como R\$ 65 bilhões. Outros R\$ 70 bilhões destinam-se à Agricultura, Gestão Ambiental,

Ciência e Tecnologia e Transportes. O restante, cerca de R\$ 85 bilhões, distribui-se em todas as outras funções do gasto (Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Energia, Esportes, Administração, Comunicações e outras).

Esses primeiros grandes números mostram que, excluído o já comentado custo da dívida pública, o gasto federal concentra-se nas despesas previdenciárias, nos programas sociais e nas transferências para os entes subnacionais (R\$ 2,1 trilhões). As despesas com a folha salarial, por sua vez, que estão contabilizadas nos dados anteriores dentro de cada função do gasto, estão previstas em cerca de R\$ 400 bilhões na proposta orçamentária de 2024, quando somadas.

Podemos agregar esse montante às despesas enumeradas no último parágrafo, totalizando R\$ 2,5 trilhões, e comparar o resultado ao total de R\$ 2,7 trilhões. Essa diferença, de cerca de R\$ 200 bilhões, é um cálculo inicial para a margem de manobra ou o grau de flexibilidade do Orçamento. O problema é que esse montante ainda precisará dividir-se entre: emendas parlamentares, custeio da máquina pública, investimentos e um adicional com Saúde e Educação, para fins de cumprimento dos valores mínimos constitucionais. A bem da verdade, a Saúde exerce uma pressão maior, neste momento.

O montante destinado às emendas parlamentares, após as inovações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ficou ainda mais alto. Juntas, as emendas individuais, de bancada estadual e de comissão já se aproximam de 4% da receita corrente líquida ou algo como R\$ 53 bilhões. O Executivo só pode cortar esse valor se cortar as outras despesas discricionárias na mesma proporção. O Executivo vetou o adicional para as emendas de comissão; a ver se o Congresso não derrubará o veto. Mesmo que parte das emendas vá para a Saúde, colaborando para o cumprimento do mínimo constitucional, o espaço fiscal é bastante exíguo. Calculamos, na Warren Investimentos, que a máquina pública requer pelo menos R\$ 90 bilhões para não haver paralisação de serviços essenciais (o chamado shutdown).

A elevada rigidez orçamentária tornou-se praticamente impeditiva com o avanço do Parlamento sobre a já raquítica porção de gastos discricionários. As emendas, como se sabe, tendem a pulverizar os recursos públicos, em prejuízo das obras de infraestrutura. A saída foi oferecer aos deputados e senadores a alternativa de abrigar suas emendas sob o guarda-chuva do PAC, com um carimbo específico no Orçamento (mais um). Não vai funcionar. Já se tentou no passado. É como desmontar o quebra-cabeça, espalhar todas as peças pela Praça da Sé e, depois, sair recolhendo uma a uma.

A falta de planejamento, que já se pode classificar como um problema antigo do Brasil, combina-se agora com o uso descarado dos espaços fiscais, pelo Legislativo, como se este, e não o Executivo, devesse governar. Essa inversão é extremamente preocupante e precisa ser freada o quanto antes.

As transferências especiais, chamadas "emendas Pix", com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 105/2019, têm permitido a destinação dos recursos orçamentários diretamente aos municípios, sem o devido controle. Agora, por meio da LDO, tentou-se obrigar o Executivo a priorizar o gasto de outra parcela das emendas.

A Presidência reagiu e vetou o desvario. Mas é pouco. O processo precisa ser interrompido e, em seguida, revertido, antes que não reste pedra sobre pedra do espírito do legislador constituinte na matéria orçamentária.

*ECONOMISTA-CHEFE E SÓCIO DA WARREN INVESTIMENTOS, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2022) E O PRIMEIRO DIRETOR EXECUTIVO DA IFI (2016-2022)

Editorial Cultural FM Torres RS (Transcrição)

Como foi o primeiro ano de Lula 3 na economia — e quais são os desafios para 2024. Governo aprovou reforma tributária histórica e conseguiu cumprir as promessas de elevar o salário mínimo e o Bolsa Família, mas ainda enfrenta déficit expressivo nas contas públicas e desconfiança sobre o arcabouço fiscal.

Por Raphael Martins, g1 =- 03/01/2024 05h02

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/01/03/como-foi-o-primeiro-ano-de-lula-3-na-economia-e-quais-sao-os-desafios-para-2024.ghtml>

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. — Foto: REUTERS/Adriano Machado/File Photo

A agenda econômica deu a tônica do primeiro ano do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e deve ser o foco deste ano também.

Tanto que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, atrasou o recesso de réveillon para anunciar, a três dias do fim de 2023, um novo pacote de medidas econômicas para tentar zerar o déficit das contas públicas federais.

Ao longo do ano, coube a Haddad criar um plano para desatar uma bomba nas contas públicas, enquanto equilibrava a pressão de membros do PT por uma aceleração nos investimentos. Entre vitórias e deslizos, ainda restam muitas dúvidas e desafios para 2024.

Os destaques até aqui:

- foi criada uma nova regra fiscal que reduziu o risco de endividamento descontrolado do país — e também amenizou as tensões do mercado financeiro;
- foi aprovada uma reforma tributária histórica, discutida há mais de 30 anos no Congresso;
- foram cumpridas as promessas de campanha de conceder aumento real ao salário mínimo e de reajuste do Bolsa Família para R\$ 600;
- foram mantidas a meta de inflação e a autonomia do Banco Central, que ajudaram a manter comportadas as expectativas e deram segurança ao BC para iniciar o ciclo de corte nos juros;

- foram criadas medidas de aumento da arrecadação, em busca de perseguir a meta de zerar o déficit nas contas em 2024;
- houve aversão à discussão sobre revisão e corte de gastos, o que afasta a possibilidade de cumprir o déficit zero e amplia a perspectiva de endividamento do país;
 - foram priorizadas a criação de novas taxas, a correção de distorções tributárias e a retirada de benefícios fiscais;
 - não há clareza sobre um plano B para perseguir o superávit fiscal, com medidas que dependem de um Congresso avesso ao aumento de impostos;
- resultados de PIB surpreenderam com suporte de incentivos fiscais (como os benefícios sociais), mas a atividade iniciou desaceleração junto com outras economias globais.

O g1 ouviu economistas e cientistas políticos para entender o balanço final da economia no primeiro ano de Lula 3, e quais devem ser as prioridades do governo para 2024.

Abaixo, será possível entender os avanços e os entraves em grandes temas da economia. Serão tratados os seguintes temas:

- PIB, inflação e juros: as surpresas positivas
 - Crise fiscal e a aprovação do arcabouço
 - As dúvidas sobre o arcabouço
 - Nova fase da reforma tributária
- As perspectivas, com um PIB em desaceleração

Relembre fatos que marcaram a economia do Brasil em 2023

PIB, inflação e juros: as surpresas positivas

Os resultados finais da macroeconomia ainda não saíram, mas já estão muito distantes do primeiro boletim Focus de 2023. O relatório do Banco Central analisa, semana a semana, as projeções do mercado financeiro para o fim do ano.

Em janeiro do ano passado, os analistas apostavam em um Produto Interno Bruto (PIB) na casa dos 0,8%. A inflação prevista era de 5,31%. Os juros, de 12,25% ao ano.

O primeiro Focus de 2024 espera alta de 2,92% para o PIB e inflação final de 4,46%, dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A taxa básica de juros já terminou o ano em 11,75% ao ano, meio ponto percentual abaixo do previsto.

Os economistas têm debatido que talvez não estejamos captando algumas mudanças estruturais nos últimos anos. Com as reformas que foram feitas de 2016 para cá, ficou mais difícil medir a nova capacidade de crescimento da economia brasileira.

— Alessandra Ribeiro, economista e sócia da Tendências Consultoria

É bem verdade que 2023 foi “abençoado” com uma supersafra agrícola, que deve crescer 16% no ano e puxar atividades correlatas em outros setores — caso de transportes, indústria extrativa etc.

A safra também ajudou a reduzir os preços dos alimentos, que conduziram a desinflação deste ano. O grupo de Alimentação e bebidas, que costuma representar 20% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), teve deflação em quatro meses seguidos (e só recentemente voltou a subir).

A queda do preço de commodities neste ano também ajudou a desinflacionar a economia, reduzindo a pressão de combustíveis na inflação já no segundo semestre.

Foi o cenário mais comportado, com a percepção que a demanda vinha enfraquecendo ao longo do ano e com uma saída proposta para a crise fiscal (saiba mais abaixo) que o Banco Central pode iniciar os cortes na taxa básica de juros, a Selic, com mais velocidade do que o mercado previa.

Em vez de cortes de 0,25 p.p., foram realizados cortes de 0,5 p.p. em cada reunião. E, na virada do ano, discute-se (com cautela) a possibilidade de acelerar o passo neste ano.

Reproduzir vídeo

Míriam Leitão diz que perspectiva para a economia é de um ano bom: “Juros vão cair”, afirma

Crise fiscal e a aprovação do arcabouço

Por mais que a economia brasileira tenha surpreendido em 2023, não há especialista que não faça a ressalva da situação das contas públicas. O resultado primário no ano — diferença entre arrecadação e gastos — deve ficar negativo, na casa dos R\$ 125 bilhões.

Já em 2022, ninguém esperava que o país pudesse ter superávit no ano que termina. O governo Jair Bolsonaro conseguiu fechar seu último ano no azul com fatores que saíam da conta para o ano seguinte, independentemente de quem fosse eleito presidente.

- A reabertura da economia após a pandemia de Covid-19 e a normalização das cadeias produtivas fizeram explodir o preço das commodities em 2022. Isso ajudou a arrecadação do país, que é grande exportador de soja, minérios e petróleo.
- A inflação em 2022 também foi mais alta, o que eleva a arrecadação porque aumenta a fatia de impostos no preço de itens consumidos pela população.

- Por fim, Bolsonaro ainda se beneficiou de uma antecipação de receitas com dividendos de estatais, que melhoraram pontualmente o caixa da União.

E mais: na tentativa de se reeleger, Bolsonaro fez um pacote de impulsos à economia, furando o teto de gastos. Entram os vouchers a taxistas e caminhoneiros, o ajuste do Auxílio Brasil e o teto do ICMS para combustíveis — esse que seria compensado apenas no ano seguinte.

Ao assumir o governo, Lula precisou gastar capital político antes mesmo de assumir para corrigir o Orçamento da União, que não tinha destinado recursos mínimos para o funcionamento do Estado. A PEC da Transição abriu os espaços, mas também gerou ampliação expressiva dos gastos no ano.

Aumento de gasto é um trauma dos agentes financeiros com governos do PT, e houve um estado de alerta quando a PEC foi aprovada. Para piorar a situação, Lula iniciou uma cruzada contra o mercado financeiro e, em seguida, contra o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

A impressão dos agentes era de que Lula viraria as costas para os fundamentos ortodoxos e faria um governo “gastão”. Em março, o dólar esbarrava em R\$ 5,40, e o Ibovespa perdeu os 100 mil pontos.

O clima só melhorou quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou as bases do arcabouço fiscal. A nova regra limita o aumento de despesas ao crescimento das receitas do país, algo que afasta o temor do mercado de que políticas de ampliação de gastos causasse um endividamento desenfreado.

Em geral, um país que tem dívida mais alta — e com trajetória descontrolada — gera receio de investidores internacionais. As consequências são muitas: fuga de dólares e piora no câmbio, que causam piora da expectativa de inflação e demandam taxas de juros mais altas para atrair os recursos de volta.

Para Fernando Rocha, economista-chefe da JGP, o arcabouço é um primeiro passo, que ainda será monitorado pelos agentes: “creio que o mercado ainda dá o benefício da dúvida, porque muitos países ainda precisam de impulsos fiscais para combater os efeitos da Covid-19”.

Daqui dois ou três anos, se a questão não for endereçada, vai produzir um efeito bem negativo. O que tranquiliza é que o ministro Haddad parece compreender o problema.

— Fernando Rocha, economista-chefe da JGP

Haddad anuncia medidas para aumentar a arrecadação

As dúvidas sobre o arcabouço

Na visão dos analistas, o arcabouço fiscal cumpriu o papel de sinalizar que o governo vai perseguir uma disciplina com as contas públicas. O receio que permanece, porém, é a aversão do governo federal de depender exclusivamente do aumento de receita para cumprir as metas fiscais.

Haddad empilhou algumas vitórias no Congresso Nacional que o ajudarão na missão de, ao menos, reduzir o déficit público em 2024. A meta é zerá-lo.

Entre as ações para impulsionar as receitas, estão:

- a tributação de investimentos no exterior (offshores) e de fundos exclusivos;
- a retomada de regra que favorece o governo em julgamentos no Conselho Administrativo De Recursos Fiscais (Carf);
 - a MP das subvenções do ICMS e;
- a taxação do mercado de apostas eletrônicas em jogos esportivos.

No apagar das luzes de 2023, o ministro ainda anunciou uma Medida Provisória contra o chamado “gasto tributário”, com revisão de compensações de empresas e revisão de benefícios tributários. A medida tem pontos que foram mal recebidos, e podem criar algum ruído na relação que Haddad criou com o Congresso em 2023.

A grande crítica é de que o governo tem se mostrado avesso ao corte de gastos para complementar o ganho de receitas. A única iniciativa do tipo é um grupo de trabalho para revisar gastos públicos federais comandado pelo Ministério do Planejamento, que foca na ineficiência de despesas.

O mercado acha pouco, e não acredita que será possível zerar o déficit em 2024. A própria Tendências Consultoria espera algo como 0,8% do PIB negativo para o ano, algo como R\$ 90 bilhões.

“Muitos pontos dessa agenda fazem sentido e corrigem distorções antigas. Mas parte das medidas batem nesse Congresso que não está alinhado com essa pauta e voltam. A conta não fecha”, diz a economista Alessandra Ribeiro.

Para Fernando Rocha, da JGP, o governo tem tido altos e baixos na condução fiscal. Se, por um lado, é positiva a preocupação com a questão, o especialista critica o pedido do governo para que fosse inserido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) um limite para contingenciamento que, na prática, evita um corte de cerca de R\$ 30 bilhões em despesas no próximo ano.

O ideal seria valer o que está no arcabouço, doa a quem doer. Quando se abrem exceções assim, o compromisso acaba fragilizado.

— Fernando Rocha, economista-chefe da JGP

Rocha explica que o principal fator para manter a credibilidade do arcabouço é o empenho em manter as metas e a sinalização à frente, inclusive com os objetivos de gasto alinhados a uma maior eficiência da economia.

“Se o governo se limitar ao aumento de receita para custear o gasto, acaba onerando o setor produtivo, diminui o potencial de crescimento e a capacidade de poupança da economia”, afirma.

Reproduzir vídeo

Reproduzir

--:--/--:--

Silenciar som

Minimizar vídeoTela cheia

Cisão no PT e o constrangimento a Haddad

Nova fase da reforma tributária

Ao lado do arcabouço fiscal, a maior vitória da equipe econômica em 2023 foi a aprovação da reforma tributária. O texto foi discutido durante 30 anos por sucessivos governos e dentro do governo, sem nunca ter saído do papel.

Em resumo, a PEC transforma cinco tributos em apenas dois Impostos sobre Valor Agregado (IVAs) — um gerenciado pela União, e outro com gestão compartilhada entre estados e municípios. O sistema simplifica o recolhimento e pagamento de impostos, e dá eficiência sem precedentes ao sistema.
(Entenda aqui a reforma em 7 pontos)

O Brasil amadureceu, sabe que precisava enfrentar essa agenda que é a mais importante das reformas porque organiza o sistema produtivo, coloca o Brasil em compasso com o que tem de mais moderno no mundo.

— Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Mas a reforma não terminou, e está dividida em duas novas fases:

- A reforma aprovada trata do consumo e foi instaurada apenas em bases gerais. Em 2024, uma lei complementar dará a definição ao texto. Serão decididos todos os detalhes, como a alíquota geral do IVA, quais itens estarão isentos, quais integrarão o Imposto Seletivo etc.
- Terá início o desdobramento da reforma tributária sobre a renda. O governo ainda não divulgou a proposta, mas deve atacar lucros e dividendos de empresas, além de Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas.

A reforma do IR é uma das diretrizes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem declarado que vai colocar o “pobre no orçamento” e o “rico no imposto de renda”. Segundo especialistas, essa será uma oportunidade corrigir distorções e promover mais justiça no sistema de impostos brasileiro.

Compartilhar vídeo

Ativar somAtivar som

Como a Reforma Tributária vai simplificar a definição de preços

As perspectivas, com um PIB em desaceleração

Apesar de um resultado surpreendente no primeiro semestre, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu apenas 0,1% no terceiro trimestre de 2023. É uma marca de que a desaceleração da economia está chegando.

O governo Lula tem um claro desafio para 2024, que é sustentar uma economia em baixa sem ceder à tentação de um impulso por meio do gasto público. O presidente deu vários sinais de que essa seria sua vontade ao longo do ano passado, mas Haddad sempre veio a público para reforçar o compromisso com a agenda de seu ministério.

De acordo com Lucas de Aragão, cientista político e sócio da Arko Advice, essa dualidade entre Lula e Haddad deve seguir neste ano, mas os agentes econômicos perceberam que existe uma frente de diálogo com o ministro que é “mais pragmática e mais racional”.

Investidores de mais longo prazo estão ficando mais vacinados com a política brasileira, percebendo que nem tudo que é prometido vira realidade. Hoje, o Brasil tem um poder muito fragmentado, muito compartilhado. Ninguém manda sozinho.

— Lucas de Aragão, cientista político e sócio da Arko Advice

Aragão afirma ainda que o primeiro ano de Lula teve “pouca qualidade” na articulação política, em uma relação confusa com o Congresso Nacional. E acrescenta que os quadros mais tradicionais do PT demoraram a entender que a dinâmica entre a Presidência e os parlamentares mudou.

Ajustar esse trânsito deve ser uma das ações para o próximo ano, já que a agenda econômica fica mais complexa daqui em diante. Isso porque o arcabouço fiscal era absolutamente necessário, e uma reforma tributária sobre o consumo era um assunto mais amadurecido da agenda.

O analista destaca que os próximos passos de Haddad para cumprir as metas do arcabouço fiscal, por exemplo, devem ter mais resistência do Congresso. E, para além do que já foi sinalizado, não se sabe quais planos extras estão sendo estudados pelo governo para equalizar a situação.

“A crise fiscal e a solução proposta pelo arcabouço não estão equalizadas na cabeça do mercado financeiro. O investidor vê muita oportunidade no Brasil, mas ainda somos um país politicamente imprevisível”, diz.

O Brasil não precisa ser ótimo para continuar atraindo o interesse do mercado, mas precisa fazer o ‘dever de casa’ e passar de ano.

— Lucas de Aragão, cientista político e sócio da Arko Advice

Para Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria, há o desafio extra de uma desaceleração da economia global. Por aqui, o Banco Central iniciou um ciclo de cortes das taxas de juros, mas em economias desenvolvidas ainda estão em manutenção ou subida.

E os efeitos de juros demoram a aparecer. Alessandra ressalta que os resultados da atividade econômica no segundo semestre já mostram sinais de

impacto em segmentos mais sensíveis à política monetária. E a situação deve piorar até meados de 2024, para só depois melhorar com os cortes da Selic.

“Ainda leva um tempo para vemos a indústria e a construção civil com comportamento melhor. Ano que vem terá um PIB com dinâmica diferente deste ano, em que se destacaram a agropecuária e os serviços”, afirma.

“Até aqui, tivemos uma economia mundial também mais resiliente do que se imaginava, com EUA crescendo acima do esperado, PIB da zona do euro também melhor. Com juros altos, esse cenário pode mudar em 2024.

Editorial Cultural FM Torres RS – 03 janeiro 24

HOJE TRANSCREVEMOS TRECHO DO ARTIGO DE AMIRA HAAS, FILHA DE DOIS SOBREVIVENTES DO HOLOCAUSTO, PUBLICADO NO HAARETZ (O MAIOR JORNAL DE ISRAEL, INDIGNADA COM A AÇÃO DE SEU PAÍS EM GAZA:

ISRAEL MATOU MILHARES DE CRIANÇAS EM GAZA. COMO TANTOS ISRAELENSES PODEM PERMANECER INDIFERENTES? - Amira Haas - Haaretz.com

O que permite que a maioria dos israelenses judeus não fique chocada com o fato de que em cerca de dois meses matamos cerca de 7.000 crianças (um número provisório) com a ajuda de bombas melhoradas dos Estados Unidos?

O que permite que a maioria dos judeus não suspire de horror com a aglomeração de 1,8 milhão ou 1,9 milhão de pessoas em cerca de 120 quilômetros quadrados (46 milhas quadradas), uma "área segura" que está constantemente sendo bombardeada? O que está impedindo esses israelenses judeus de gritar quando ouvem sobre a sede e a fome de 2,2 milhões de civis palestinos e as doenças que se espalham devido à aglomeração, à escassez de água e aos hospitais fora de operação?

O que possibilita esse apagamento e o assassinato de crianças com nossa participação ativa e passiva? Aqui estão algumas respostas:

- Durante décadas, fomos educados a acreditar que apenas a força militar pode garantir a sobrevivência e a capacidade de florescimento do Estado, ao mesmo tempo em que negamos direitos ao povo palestino.
- Apagamos qualquer "contexto" – a incitação tornou essa palavra sinônimo de apoio ao Hamas e justificativa de seus horrores.
- Nós, judeus, assumimos o monopólio do sofrimento causado pela crueldade do Outro.

- Optamos por não olhar para as imagens insuportáveis de crianças palestinas trêmulas, rostos grisalhos com poeira, sendo resgatadas entre muros de concreto bombardeados. E não há como saber quem tem mais sorte: aquelas crianças ou as que foram mortas.

- Cada assassinato em massa ou gradual que realizamos contra os palestinos há anos, cada roubo, humilhação e abuso passa por milhares de filtros midiáticos, psicológicos e acadêmicos. O produto peneirado é a nossa convicção de que os palestinianos estão em melhor situação do que os somalis ou sírios, por isso não se devem queixar.

- Lembramos de cada massacre de israelenses por palestinos. Esquecemos de todos os massacres de palestinianos perpetrados por israelitas.

- Durante décadas, nos acostumamos a viver confortavelmente enquanto, a cinco minutos de distância, Israel (em outras palavras, nós) demole casas palestinas e constrói para judeus, canaliza água para judeus e faz os palestinos passarem sede. Todo o resto está escrito nos relatórios dos grupos de direitos humanos HaMoked, B'Tselem e Adalah.

- Há décadas ignoramos o alerta dos palestinos "moderados" de que a contínua tomada de liberdade e terra e a violência dos colonos – assistida pelo Estado e inspirada por sua violência – estreitam os horizontes de seus filhos e geram desespero e fé apenas nas armas e na vingança.

Abraçamos uma visão de mundo essencialista: os palestinos são terroristas porque é assim que são. Eles nasceram com genes para nos odiar – a descendência do imperador romano Tito e os pogromistas da Revolta Khmelnytsky do Leste Europeu do século 17.

Estamos convencidos de que somos uma democracia, embora há 56 anos governemos milhões de súditos sem direitos civis, controlando sua terra, dinheiro e economia.

- Temos um profundo desprezo racista pelos palestinos, que desenvolvemos para justificar, cognitiva e psicologicamente, nosso pisoteio sobre eles.

- Negamos a história palestina e o enraizamento da existência palestina entre o rio e o mar.

- O apagamento de Gaza é possível porque, desde 1994, perdemos deliberadamente a oportunidade – que nos foi oferecida pelos palestinos – de abandonar algumas de nossas características como entidade de desapropriação e assentamento e deixá-los ter um Estado em 22% da área a oeste do rio Jordão (incluindo Gaza). Escrevi em julho de 2021 que "em todo o calor da conversa sobre o apartheid, uma dimensão dinâmica, ativa e perigosa dele – o colonialismo dos colonos judeus – tornou-se embotada e embotada.

"De acordo com a ideologia e as políticas do colonialismo dos colonos judeus, os palestinos são supérfluos. Em suma, é possível, válido e desejável viver sem os palestinianos neste país entre o rio e o mar. Sua existência aqui é condicional, dependente de nossos desejos e de nossa boa vontade – uma questão de tempo.

"A ideologia do 'supérfluo' é um veneno que se espalha especialmente quando o processo de colonialismo dos colonos está no auge. ... O colonialismo dos colonos é um processo contínuo de grilagem de terras, distorcendo fronteiras históricas, remodelando-as e depois expulsando os povos indígenas."

Referi-me ao "supérfluo" dos palestinos na Cisjordânia e alertei para as intenções de os expulsar. Assumi então que a visão dos habitantes de Gaza como supérfluos bastava para separá-los de seu povo e de suas famílias do outro lado do posto de controle de Erez que separa Gaza do resto da terra (Israel e Cisjordânia).

Mas agora o "supérfluo" está se refletindo na expulsão, disfarçada de voluntária sob o bombardeio. Isso está se refletindo no apagamento físico dos habitantes de Gaza e nos planos de devolver colonos judeus a Gaza.

AI DELES E AI DE NÓS!

Editorial Cultural FM Torres RS 03 de janeiro 23

Trecho Do Artigo De Amira Haas, Filha De Dois Sobreviventes Do Holocausto, Publicado No Haaretz (O Maior Jornal De Israel).

ISRAEL MATOU MILHARES DE CRIANÇAS EM GAZA. COMO TANTOS ISRAELENSES PODEM PERMANECER INDIFERENTES?

Amira Haas - Haaretz.com

O que permite que a maioria dos israelenses judeus não fique chocada com o fato de que em cerca de dois meses matamos cerca de 7.000 crianças (um número provisório) com a ajuda de bombas melhoradas dos Estados Unidos?

O que permite que a maioria dos judeus não suspire de horror com a aglomeração de 1,8 milhão ou 1,9 milhão de pessoas em cerca de 120 quilômetros quadrados (46 milhas quadradas), uma "área segura" que está constantemente sendo bombardeada? O que está impedindo esses israelenses judeus de gritar quando ouvem sobre a sede e a fome de 2,2 milhões de civis palestinos e as doenças que se espalham devido à aglomeração, à escassez de água e aos hospitais fora de operação?

O que possibilita esse apagamento e o assassinato de crianças com nossa participação ativa e passiva? Aqui estão algumas respostas:

- Durante décadas, fomos educados a acreditar que apenas a força militar pode garantir a sobrevivência e a capacidade de florescimento do Estado, ao mesmo tempo em que negamos direitos ao povo palestino.
- Apagamos qualquer "contexto" – a incitação tornou essa palavra sinônimo de apoio ao Hamas e justificativa de seus horrores.
- Nós, judeus, assumimos o monopólio do sofrimento causado pela crueldade do Outro.
- Optamos por não olhar para as imagens insuportáveis de crianças palestinas trêmulas, rostos grisalhos com poeira, sendo resgatadas entre muros de

concreto bombardeados. E não há como saber quem tem mais sorte: aquelas crianças ou as que foram mortas.

- Cada assassinato em massa ou gradual que realizamos contra os palestinos há anos, cada roubo, humilhação e abuso passa por milhares de filtros midiáticos, psicológicos e acadêmicos. O produto peneirado é a nossa convicção de que os palestinianos estão em melhor situação do que os somalis ou sírios, por isso não se devem queixar.
- Lembramos de cada massacre de israelenses por palestinos. Esquecemo-nos de todos os massacres de palestinianos perpetrados por israelitas.
- Durante décadas, nos acostumamos a viver confortavelmente enquanto, a cinco minutos de distância, Israel (em outras palavras, nós) demole casas palestinianas e constrói para judeus, canaliza água para judeus e faz os palestinos passarem sede. Todo o resto está escrito nos relatórios dos grupos de direitos humanos HaMoked, B'Tselem e Adalah.
- Há décadas ignoramos o alerta dos palestinos "moderados" de que a contínua tomada de liberdade e terra e a violência dos colonos – assistida pelo Estado e inspirada por sua violência – estreitam os horizontes de seus filhos e geram desespero e fé apenas nas armas e na vingança.

Abraçamos uma visão de mundo essencialista: os palestinos são terroristas porque é assim que são. Eles nasceram com genes para nos odiar – a descendência do imperador romano Tito e os pogromistas da Revolta Khmelnytsky do Leste Europeu do século 17.

Estamos convencidos de que somos uma democracia, embora há 56 anos governemos milhões de súditos sem direitos civis, controlando sua terra, dinheiro e economia.

- Temos um profundo desprezo racista pelos palestinos, que desenvolvemos para justificar, cognitiva e psicologicamente, nosso pisoteio sobre eles.
- Negamos a história palestina e o enraizamento da existência palestina entre o rio e o mar.

- O apagamento de Gaza é possível porque, desde 1994, perdemos deliberadamente a oportunidade – que nos foi oferecida pelos palestinos – de abandonar algumas de nossas características como entidade de desapropriação e assentamento e deixá-los ter um Estado em 22% da área a oeste do rio Jordão (incluindo Gaza). Escrevi em julho de 2021 que "em todo o calor da conversa sobre o apartheid, uma dimensão dinâmica, ativa e perigosa dele – o colonialismo dos colonos judeus – tornou-se embotada e embotada.

"De acordo com a ideologia e as políticas do colonialismo dos colonos judeus, os palestinos são supérfluos. Em suma, é possível, válido e desejável viver sem os palestinianos neste país entre o rio e o mar. Sua existência aqui é condicional, dependente de nossos desejos e de nossa boa vontade – uma questão de tempo.

"A ideologia do 'supérfluo' é um veneno que se espalha especialmente quando o processo de colonialismo dos colonos está no auge. ... O colonialismo dos colonos é um processo contínuo de grilagem de terras, distorcendo fronteiras históricas, remodelando-as e depois expulsando os povos indígenas."

Referi-me ao "supérfluo" dos palestinianos na Cisjordânia e alertei para as intenções de os expulsar. Assumi então que a visão dos habitantes de Gaza como supérfluos bastava para separá-los de seu povo e de suas famílias do outro lado do posto de controle de Erez que separa Gaza do resto da terra (Israel e Cisjordânia).

Mas agora o "supérfluo" está se refletindo na expulsão, disfarçada de voluntária sob o bombardeio. Isso está se refletindo no apagamento físico dos habitantes de Gaza e nos planos de devolver colonos judeus a Gaza.

AI DELES E AI DE NÓS!

Editorial Cultural FM Torres RS – O BRICS SOB NOVA DIREÇÃO

O BRICS é um grupo de países de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento econômico. Integram o BRICS originalmente Brasil, Rússia, Índia e China mas outros países veem se agregando ao grupo, primeiro deles África do Sul, corresponde ao S do acrônimo, e desde 2023 mais o Irã, Emirados Árabes, Arábia Saudita, Etiópia e Egito. A Argentina também havia sido integrada mas seu novo Presidente, Milei, declinou do convite e prefere se associar ao bloco Ocidental. A ideia dos BRICS foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, em estudo de 2001, intitulado "Building Better Global Economic BRICs". Fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS. O peso econômico do BRICS, hoje, é enorme e mais do que isso, tende a deslocar o centro econômico do mundo do Atlântico para o a Rota da Seda, graças ao peso de China neste processo.

A ação do BRICS se volta, eminentemente para o campo econômico, tendo como suporte o Banco do Brics, hoje presidido por Dilma Roussef. Ele reedita outro movimento, o denominado NÃO ALINHADOS, liderado pela Índia no passado, mas agora, com a presença da China, que é crescentemente antagônica à hegemonia americana, tendo passado da cooperação inicial dos anos 1980-2000, para a franca competição vigente até o começo do governo Trump, em 2017, e daí para um verdadeiro confronto com Estados Unidos. Fica, aqui, a recomendação para assistirem no próximo dia 18, no CANAL HISTORY2, o documentário CONFRONTO DAS GRANDES POTÊNCIAS, tratando, justamente desta questão.

Alguns propõem que o BRICS tivesse uma ação mais diplomática nas tensões internacionais, num momento em que a ONU se vê visivelmente enfraquecida. Isso, entretanto, é dificultado pelo fato de que a China, um dos polos do confronto geopolítico mundial aí está presente, como também pela presença da Rússia cada vez mais beligerante com o Ocidente depois do seu ataque à Ucrânia em 2022, o qual já deixou cerca de 10 mil mortos neste país, número, porém que é a metade dos mortos por Israel em dois meses de conflito em Gaza.

Como a Presidência do BRICS é rotativa, desde ontem está na cabeça da organização Wladimir Putin ele já advertiu que irá incentivar a desdolarização do grupo, esticando a corda quanto aos interesses americanos. Tudo questão de tempo. Trata-se, agora, de esperar para ver no que isso acarretará.

Rússia assume presidência dos BRICS com foco na desdolarização e sistema de pagamento alternativo

Processo deve ser acelerado com a consolidação do uso de moedas nacionais para linhas de investimento, crédito aos países participantes e também na agenda do sistema de pagamento

1 de janeiro de 2024 <https://embassynews.info/russia-assume-presidencia-dos-brics-com-foco-na-desdolarizacao-e-sistema-de-pagamento-alternativo/>

Sputnik - O ano de 2024 começa com muita expectativa no BRICS, que, para além da chegada dos cinco novos membros, terá mudanças na presidência: a Rússia assume o mandato por um ano. Uma das articulações do grupo será a viabilização de sistemas alternativos de pagamentos para as transações internacionais, com a priorização de moedas que não sejam o dólar.

Em uma movimentação que surpreendeu o mundo ocidental, o BRICS anunciou em agosto do ano passado a expansão do grupo com a entrada de seis novos membros a partir deste ano: com a entrada de cinco novos membros a partir deste ano: Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Etiópia e Egito. Já o presidente da Argentina, Javier Milei, encaminhou no fim de dezembro uma carta em que anuncia a renúncia do ingresso do país. Mesmo assim, os números do novo grupo já impressionam: 42% da produção mundial de petróleo e 55% das reservas de gás natural.

Todo esse poderio é apenas uma amostra do potencial do BRICS para liderar o movimento que tem como objetivo acabar com a dependência do dólar nas transações internacionais — medida que já tem se tornado uma realidade diante de acordos bilaterais como os firmados entre Rússia e China, com uso do yuan e rublo, e entre brasileiros e chineses, com suas respectivas moedas. A criação de sistemas de pagamentos alternativos é justamente um dos focos de Moscou, que assume a presidência do grupo nesta segunda-feira (1).

Em entrevista na última semana, o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, disse que um dos principais incentivadores da desdolarização é o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para que esse projeto seja potencializado, ao longo do ano, bancos centrais e ministérios da Fazenda dos países membros vão apresentar recomendações de sistemas alternativos, que devem ser discutidos na próxima cúpula de líderes do BRICS, prevista para acontecer na cidade russa de Kazan.

"Todos já estão cansados do dólar, que virou instrumento de influência para subverter as posições dos países de várias regiões, além de interferência nos assuntos internos e troca de governos. A propósito, o presidente Lula sugeriu pensar em métodos de pagamento alternativos para toda a região da América Latina, mas, além dessa iniciativa regional, ele tem a sugestão global, na qual o BRICS trabalha. Para a próxima cúpula, em outubro de 2024, os países devem apresentar as sugestões", declarou o chanceler russo na ocasião.

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, também já enfatizou que outra prioridade no grupo será apoiar a construção de uma ordem mundial justa. "Isso mostrará que existe um grande número de forças no mundo, de países poderosos que querem viver não de acordo com as 'regras não escritas', mas,

sim, de acordo com as regras prescritas nos documentos fundamentais, como a Carta da ONU", disse ele.

O economista e professor da Universidade Federal do Ceará Fábio Sobral comentou, em declarações à Sputnik Brasil, que a posição do atual presidente brasileiro é motivada por conta da série de desestabilizações internas provocadas pelo controle norte-americano do mercado financeiro mundial nas últimas décadas, com a conseqüente redução da independência dos países sobre suas próprias políticas econômicas.

"Por exemplo, a desestabilização da Venezuela [causada por sanções internacionais lideradas pelos EUA], a tentativa de desestabilização da Rússia. Então, o presidente Lula reage ao dólar que leva o mundo a uma instabilidade permanente e a um mecanismo que a gente poderia dizer que é de controle imperialista nas economias do mundo", argumentou o analista, que citou ainda casos como a recessão causada pela crise de 2008, quando a bolha imobiliária dos Estados Unidos afetou todo o mundo.

Já o professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Carlos Eduardo Carvalho, acrescentou à Sputnik Brasil que Lula busca endossar o que tem sido defendido nos últimos anos por diversos líderes do Sul Global: "Há forças políticas interessadas em ampliar a influência e os espaços de nossos países na ordem mundial".

Como funciona a desdolarização? - Entre 1999 e 2019, 96% das transações internacionais foram realizadas em dólar, cenário que passou a mudar drasticamente, principalmente após as fracassadas tentativas ocidentais de sanções contra países como a Rússia, que intensificou relações com parceiros como o próprio Brasil, além de Índia e China. O último, que é a segunda maior economia do mundo, registrou em 2023, pela primeira vez na história, mais trocas comerciais em yuan (48% do total) do que com o dólar. Esse é justamente o fenômeno da desdolarização.

"O que tem ocorrido são acordos bilaterais, como no caso de Rússia e China, em que as moedas, o rublo e o yuan, são aceitas reciprocamente. Ou, então, no Brasil, em que um percentual do comércio é feito em yuan e reais com a China [...] Os países querem sua independência política, econômica e monetária. Então, a medida mais factível hoje seria esse sistema de acordos bilaterais com moedas nacionais trocadas entre si", exemplificou.

O que é o sistema SWIFT? - Pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1944, vários países se reuniram para firmarem o acordo de Bretton-Woods, que definiu as regras para o sistema monetário internacional, a exemplo do SWIFT (que permite troca de informações bancárias e transferências financeiras entre os países), Sociedade para as Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais, que surgiria no início da década de 1970, na Bélgica. Mas o mundo mudou e, passados quase 80 anos, o domínio norte-americano tem se mostrado cada vez mais prejudicial aos países.

"Uma moeda de um país não é um instrumento neutro, é um elemento político de controle do comércio internacional e, inclusive, da inflação dessas localidades. Se você cria um ou vários sistemas de pagamentos alternativos ao dólar, você se torna relativamente independente de pressões políticas do mercado de câmbio, do controle de especuladores internacionais que podem

desestabilizar o seu país, que fazem a moeda se desvalorizar gigantesicamente", pontua o economista.

Doutorando em ciência política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisador do programa InteRussia, do Gorchakov Fund, em parceria com o Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscou, Boris Zabolotsky lembrou ao podcast Mundioka, da Sputnik Brasil, que o confisco das reservas internacionais russas pelos norte-americanos é outro fator que afetou a credibilidade do dólar em todo o mundo e, conseqüentemente, a busca por alternativas.

"Havia uma noção de que o dólar era uma moeda despolitizada e desideologizada e que não importavam as disputas geopolíticas, sempre seria uma moeda segura. A partir do confisco das reservas internacionais em dólar da Rússia, todos esses mitos, que se criaram de uma maneira retificada já desde os estabelecimentos do sistema Bretton Woods, desmoronam em alguma medida. Eu diria que as sanções potencializaram essas visões que já vinham sendo constituídas e que tornaram mais claro para os países a necessidade de criar alternativas", resume o especialista.

Presidência russa no BRICS deve acelerar mudanças - Para Boris Zabolotsky, todo esse processo dentro do BRICS deve ser acelerado durante a presidência russa, com a consolidação do uso de moedas nacionais para linhas de investimento, crédito aos países participantes e também na agenda do sistema de pagamento.

"Mas, sobretudo, esse ano será especialmente importante porque é o ano da consolidação da expansão do BRICS para seis novos países. E isso dá uma importância maior para a Rússia por estar presidindo nesse ano a presidência do grupo", diz.

Proposta que foi ventilada ao longo do último ano, a criação de uma moeda única no grupo para transações comerciais não deve ser finalizada em 2024, diante da complexidade do tema, prevê o pesquisador.

"Envolvem os bancos centrais dos países, os ministérios da Fazenda. Agora não são mais cinco, são onze [dez membros sem a Argentina]. Então, são diversos aspectos que são bastante complexos, mas esse debate vem evoluindo já há um bom tempo. Então, além dessa questão da adoção de uma moeda única, talvez não seja algo que seja concretizado agora para 2024, mas existem outras questões que são tão importantes quanto", afirma Zabolotsky.